Instituto Politécnico de Beja

Mestrado em Contabilidade e Finanças

"A implementação de Sistemas de Controlo Interno em PMEs excelência 2017 dos Distritos de Beja e Faro"

Inês Henriques Mendes

Orientador: Prof. Doutor Carlos Manuel Lopes Borralho

Beja – 2019

Agradecimentos

A realização deste estudo é sem dúvida o culminar de muitas horas de trabalho, esforço e dedicação, onde nada teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas.

Gostaria antes de mais agradecer ao Professor Doutor Carlos Manuel Lopes Borralho, pelo profissionalismo, apoio e disponibilidade demonstrada ao longo do tempo de realização deste trabalho.

A todas as empresas que participaram no estudo, pela compreensão e preenchimento do questionário. Sem o seu envolvimento teria sido impossível concretizar este trabalho.

Por fim, quero agradecer à minha irmã, Patrícia Mendes, pelo suporte que tem sido ao longo destes anos e, sem dúvida, pelo otimismo e orgulho que sempre demonstrou por mim, à minha amiga Sandrina Oliveira, companheira nesta longa jornada académica, pela persistência, confiança e apoio incondicional. Quero ainda agradecer ao meu namorado, Pedro Augusto, pela compreensão, apoio e companheirismo permanentes durante toda esta etapa.

Resumo

O controlo interno é essencial para salvaguarda dos ativos e para assegurar a aderência às políticas e objetivos estabelecidos pelas organizações.

A presente dissertação discute elementos críticos no âmbito do controlo interno e procura entender semelhanças e diferenças nas práticas de controlo interno de empresas PME Excelência 2017.

Tendo por base empresas sedeadas nos distritos de Beja e Faro, com recurso a inquérito por questionário foram identificadas práticas de controlo interno administrativo e controlo interno contabilístico.

O estudo realizado permitiu verificar a diversidade de práticas, tendo por base a atividade económica desenvolvida, a dimensão, aqui ponderada com recurso ao número de trabalhadores e ao volume de vendas e prestação de serviços, bem como a forma jurídica adotada para o exercício de atividade.

O trabalho conclui que as práticas de controlo interno não apresentam diferenças estatisticamente significativas para as variáveis objeto de análise.

Palavras-chaves: Sistema de controlo interno, PMEs Excelência, controlo interno administrativo e contabilístico.

Abstract

Internal control is essential in order to safeguard assets and to ensure the adherence of the policies and objectives established by organizations.

This dissertation discusses critical elements in internal control, and looks at the similarities and differences of SMEs Excellence 2017 internal control practices.

Internal control over administrative and accounting practices were identified through a questionnaire survey, based on companies located in the districts of Beja and Faro.

The study conducted revealed diverse practices based on the economic activity developed and the size of the company. While also, taking into consideration the number of workers, sales volume and provision of services, as well as the legal form chosen for professional activity.

In conclusion, the internal control practices did not show any statistical differences, among the variables analyzed.

Keywords: Internal control system, SMEs Excellence, administrative and accounting internal control.

Índice

1 Introdução 1

1.1 Objetivos e questões de investigação 3

2 Sistemas de controlo interno 4

2.1 Enquadramento conceptual 4

2.2 O papel do sistema de controlo interno no trabalho de auditoria financeira 9

2.2.1 Auditoria: enquadramento e relação com os sistemas de controlo interno 9

2.2.2 Auditoria interna versus auditoria externa 10

2.3 Controlo interno em microempresas e em pequenas e médias empresas 13

2.4 Importância de um sistema de controlo interno 17

2.5 Objetivos do controlo interno 19

2.6 Princípios de controlo interno 22

2.7 Dimensões e requisitos de um sistema de controlo interno 23

2.8 Limitações do controlo interno 30

2.9 Áreas e variáveis de um sistema de controlo interno 33

2.9.1 Meios financeiros líquidos/disponibilidades 34

2.9.2 Compras de bens, serviços e dívidas a pagar 35

2.9.3 Vendas e dívidas a receber 37

2.9.4 Ativos fixos tangíveis 38

3 Método 40

3.1 Desenho de investigação 40

3.2 O instrumento de recolha de dados: questionário 42

3.2.1 Escalas de medida e variáveis 43

3.3 Técnicas de análise de dados 46

3.3.1 Cruzamento de variáveis e estatística descritiva 46

3.3.2 Alfa de Cronbach 47

3.3.3 Teste U de Mann-Whitney 48

3.3.4 Teste de Kruskal-Wallis 49

3.4 Síntese conclusiva 50
4 Resultados 50
4.1 Caracterização das empresas 51
4.2 Dimensão administrativa 52
4.3 Dimensão contabilística 54
4.3.1 Disponibilidades 55
4.3.2 Compra de bens, serviços e dívidas a pagar 58
4.3.3 Vendas e dívidas a receber 60
4.3.4 Ativos fixos tangíveis 62
5 Conclusões 65
6 Limitações do estudo e investigação futura 67
7 Referências bibliográficas 68
8 Anexos 71

Índice de figuras

Figura 1 – Objetivos do controlo interno 21
Figura 2 – Componentes do controlo interno 24
Figura 3 - Identificação e tratamento do risco 26
Figura 4 – Atividade de controlo 27
Figura 5 – Desenho de investigação 41
Figura 6 - Disponibilidades 56
Figura 7 - Compra de bens, serviços e dívidas a pagar 58
Figura 8 - Vendas e dívidas a receber 60
Figura 9 - Ativos fixos tangíveis 63

Índice de tabelas

Tabela 1 – Classificação de variáveis 45

Tabela 2- Disponibilidades (SCORE) 57

Tabela 3- Compras (SCORE)..... 59

Tabela 4- Vendas (SCORE) 62

Tabela 5- ATF (SCORE)..... 64

Acrónimos

American Institute of Certified Public Accountants ..... AICPA

Committee of Sponsoring Organizations ..... COSO

Controlo Interno CI

Demonstrações Financeiras ..... DFs

Demonstrações Financeiras ..... DST

Diretriz de Revisão/Auditoria ..... DRA

Instituto Nacional de Estatística ..... INE

International Federation of Accountants ..... IFAC

Pequena Média Empresa ..... PME

Sistema de Controlo Interno ..... SCI

1 Introdução

Ao longo do tempo têm sido propostas enumeras definições de controlo interno, situação que a revisão de literatura desta dissertação irá detalhar. Independentemente disso, para suportar a introdução do tema começamos por apresentar aqui o controlo interno como um conceito que:

> "C*ompreende o plano de organização e de todos os métodos e medidas adotados numa entidade para: salvaguardar os seus ativos; verificar a exatidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos; promover a eficácia operacional; e o encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores*" (Costa, 2010, p. 94).

O grande dinamismo e complexidade no mundo empresarial, características de uma economia globalizada, tem sido persistente nos últimos anos. Com a evolução das tecnologias e da logística, o controlo interno ganhou relevo na avaliação e mitigação dos riscos organizacionais. Nesse sentido, as empresas são obrigadas a acompanhar a rápida evolução dos mercados, condição de competitividade.

Com a globalização e, particularmente, com a entrada de Portugal na atual União Europeia, a abertura da economia portuguesa ao exterior foi incomparável à ocorrida em períodos anteriores, impondo-lhe novos desafios. O aumento da concorrência obriga as organizações a estarem atentas às alterações nos mercados e a utilizarem os seus recursos de forma eficiente e eficaz.

O mercado nacional é constituído, maioritariamente, por micro e pequenas empresas, fazendo com que as médias e grandes empresas representem uma fatia pouco expressiva no tecido produtivo português (Costa, 2010).

No entanto, uma empresa, por mais pequena que seja, possui sempre um sistema de controlo interno. Apresenta assim um mecanismo que auxilia a condução metódica dos seus negócios. O rigor desse sistema espera-se que aumente consoante maior a dimensão da empresa. Naturalmente, maior dimensão tende a traduzir maior complexidade e, dessa forma, a exigir mais cuidados. Empresas maiores têm mais recursos, comparativamente a empresas de reduzida dimensão, algumas delas

familiares, não profissionalizadas, onde se assume que os sistemas de controlo interno possam ser mais débeis e rudimentares.

No entanto um sistema de controlo interno desenvolvido, ou seja, onde um maior número de preocupações com a salvaguarda dos ativos e com o cumprimento das políticas organizacionais é assegurado, não significa necessariamente que a empresa esteja imune a eventuais riscos. O controlo interno minimiza o risco, mas não o elimina.

A elaboração da presente dissertação, tem como principal objetivo, entender a estruturação dos sistemas de controlo interno nas empresas com o estatuto PME Excelência 2017, empresas localizadas nos distritos de Beja e Faro. O propósito passa assim por inventariar atributos e aferir eventuais diferenças nos sistemas de controlo interno das empresas objeto de análise.

A investigação realizada, e a consequente dissertação aqui apresentada, foi dividida em três capítulos, excluindo o introdutório e o final.

No capítulo introdutório apresenta-se o tema, a principal motivação para a realização do trabalho, bem como as questões e objetivos a alcançar com a investigação.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão da literatura associada aos sistemas de controlo interno, com o propósito de inventariar variáveis aí entendidas determinantes para a caracterização de tais sistemas.

Seguidamente, no capítulo três, enquadra-se o método, ou seja, a sequência de procedimentos que nortearam a investigação desenvolvida, particularmente no que respeita ao trabalho empírico, com peculiar relevo para o instrumento de recolha de dados – questionário – e técnicas de análise dos dados recolhidos.

Quanto ao capítulo quatro tem como propósito discutir os resultados obtidos, conforme questões e objetivos de investigação enunciados no capítulo introdutório.

Finalmente, o capítulo cinco apresenta as respostas às questões de investigação enunciadas, além de ponderar as limitações do estudo e a investigação futura a desenvolver.

1.1 Objetivos e questões de investigação

A presente dissertação é centrada nas práticas de controlo interno de PMEs Excelência dos distritos de Beja e Faro. Procura identificar diferenças em quatro áreas concretas, especificamente: disponibilidades, terceiros, existências e ativos tangíveis.

O desígnio do trabalho foi caracterizar duas dimensões do controlo interno: a dimensão administrativa e a dimensão contabilística.

Para concretizar a investigação foram assim determinados os seguintes objetivos:

1. Identificar atributos caracterizadores do controlo interno para duas dimensões de análise, administrativa e contabilística;
2. Identificar atributos caracterizadores das práticas de controlo interno em quatro domínios de atuação, concretamente, disponibilidades, terceiros, existências e ativos tangíveis;
3. Aferir a existência de diferenças nas práticas de controlo interno, especificamente nos domínios de atuação declarados no objetivo anterior.

Para nortear a investigação, da revisão da literatura à recolha de dados e respetiva análise, foram determinadas as seguintes questões de investigação:

1. A classificação económica das PMEs Excelência respondentes acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?
2. A dimensão das PMEs Excelência respondentes acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?

3. A forma jurídica adotada para o exercício de atividade das empresas respondente acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?

A procura de resposta às questões apresentadas partiu da revisão de literatura que suporta o capítulo seguinte.

2 Sistemas de controlo interno

Este capítulo sistematiza a revisão de literatura no âmbito dos sistemas de controlo interno – SCI.

Ao se proceder à análise a partir de uma perspetiva sistémica assumem-se múltiplos elementos relacionados e que, no seu conjunto, permitem entender o controlo interno existente, bem como as eventuais vulnerabilidades.

Assim, além da apresentação das principais dimensões de análise dos SCI, nomeadamente, no domínio do sistema de controlo interno contabilístico e sistema de controlo interno administrativo, o efeito deste capítulo foi o de permitir inventariar e caracterizar variáveis essenciais ao desenvolvimento do trabalho empírico.

2.1 Enquadramento conceptual

O conceito de controlo interno apresenta diversos sentidos, partindo de duas grandes perspetivas de análise: financeira e operacional.

O *Institute of Internal Research Foundation* citado por Morais e Martins (2007, p. 67) menciona que:

> "*Controlo é qualquer ação empreendida pela gestão do risco e que melhora a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da organização. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para assegurar com razoabilidade que os objetivos e metas serão alcançados*".

Já segundo o Tribunal de Contas, CI é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de elementos coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e de irregularidades, ou a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da entidade no qual se insere.

O CI é definido como um conjunto de procedimentos implementados pela gestão, com o objetivo de valorar, planear a organização e todos os métodos e medidas adotados numa entidade a fim de reforçar e melhorar a eficácia e eficiência na utilização de recursos, salvaguardar os ativos, verificar a fiabilidade, exatidão e fidedignidade da informação financeira, o cumprimento das leis e normas contabilísticas, promovendo a eficácia operacional. Ou seja, é uma atividade que procura garantir as boas práticas de gestão, implementação dos procedimentos e o cumprimento das políticas estabelecidas pela gestão (Think Finance, 2019).

Também Costa (2010) esquematiza a definição de controlo interno, considerando ser um plano de organização dos métodos e medidas adotados numa entidade para:

- **Salvaguardar os seus ativos**: o que implica proporcionar, no plano de organização, uma apropriada segregação de responsabilidade funcionais;
- **Verificação e fidedignidade dos dados contabilísticos**: o que acarreta um sistema de autoridade e de procedimentos de registos a fim de proporcionar um controlo contabilístico razoável sobre os ativos, passivos, créditos e gastos;
- **Promover a eficácia operacional**: que são as práticas a serem adotadas no desempenho dos deveres e das funções de cada um dos departamentos de uma empresa;

Em concordância com a COSO, e de forma mais sintetizada por Morais e Martins (2007), o modelo *Statements on Auditing Standards* clarifica que o CI compreende um plano de organização e de coordenação de todos os métodos e medidas adotadas num negócio, a fim de garantir a salvaguarda dos ativos, verificar a adequação e

confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficácia operacional e estimular a adesão às políticas estabelecidas pela gestão.

Este modelo define alguns conceitos fundamentais em relação ao CI, são eles:

- **Processo:** o objetivo é transmitir que o CI é um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo. Ele é constituído por um agrupamento de ações que engloba todas as atividades, processos e tarefas da entidade;
- **Efetuado por pessoas:** o objetivo é transmitir que o CI não é somente um manual de políticas e documentos, mas também de pessoas em cada nível da entidade. O SCI é concebido e implementado por pessoas, afetando a atuação de todos os membros da empresa;
- **Proporciona uma garantia razoável:** o objetivo é alertar que, por muito bem elaborado que esteja concebido o SCI numa entidade, somente proporciona um dado grau de segurança. Com isto, não oferece uma segurança total, pelo que este sistema não consegue eliminar a totalidade dos riscos, apenas os minimiza;
- **Direcionado para a realização dos objetivos:** o objetivo deste ponto é transmitir que o CI é concebido para permitir a obtenção dos objetivos gerais e específicos, nas mais variáveis categorias, e que estas devem de ser consistentes e racionais.

Segundo Costa (2000) o CI nas organizações deve abranger tanto a área contabilística como a área administrativa, tendo de se efetuar a análise conjunta das duas vertentes. Assim, o CI pode ser tipificado em dois grupos: contabilístico e administrativo.

O controlo interno contabilístico compreende um plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados com a fidedignidade dos registos contabilísticos e com a salvaguarda de património. Normalmente incluem

controlos variados, nomeadamente, delimitação de procedimentos de autorização e aprovação, separação de funções entre a guarda, a contabilização de ativos e o seu controlo. O objetivo deste tipo de CI é que seja garantida atempadamente o registo das diferentes transações, e que tais transações sejam fidedignas, possibilitando a elaboração de DFs periódicas com a projeção de uma imagem verdadeira. Este tipo de controlo contabilístico existe não só para satisfazer as exigências externas, algumas até de natureza fiscal, como internas, decorrentes da necessidade de salvaguarda da eficiência.

Já o controlo interno administrativo compreende o plano da organização e todos os métodos e procedimentos associados à eficiência operacional e ao plano estratégico delineado pelo órgão de gestão. Estão normalmente inter-relacionados, indiretamente, com os registos financeiros. Aspetos como análise estatística, relatórios de desempenho e de controlo de qualidade são os mais comuns neste tipo de controlo (Neves, 2009).

Carvalho (1994) refere que o plano de organização, em conjunto com os procedimentos e os registos, tem de garantir que as transações efetuadas cumprem os requisitos estabelecidos pela Administração/Gerência. Estes são:

- Demonstrações financeiras (DFs) que devem estar de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e os critérios valorimétricos a adotar;
- Existência de segurança na escrituração dos ativos, em conformidade com as instruções da administração/gerência;
- Conferências periódica dos ativos (reais), com medidas corretivas para os desvios encontrados.

O controlo interno administrativo ou operacional não influencia diretamente as DFs, contrariamente ao Controlo Interno Contabilístico que influencia diretamente as DFs, por conseguinte, a valoração dos dois tipos de controlo pode variar face aos contextos.

De acordo com a IFAC o controlo interno é concebido e mantido para tratar riscos de negócio identificados que ameacem a consecução de qualquer dos objetivos da entidade que respeitem:

- À fiabilidade do relato financeiro da entidade;
- À eficácia e eficiência das suas operações;
- À sua conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

A maneira pela qual o controlo interno é concebido, implementado e mantido varia com a dimensão e complexidade de uma entidade.

Em síntese, do exposto é possível verificar que:

- As diferentes definições de CI apresentadas são focadas em dois domínios: contabilístico e administrativo;
- O CI utiliza diversos expedientes no sentido de procurar evitar que uma pessoa tenha condições, oportunidade, para induzir erros, adulterando registos, apropriando-se de ativos, ou desalinhando comportamentos comparativamente a regras previamente fixadas;
- O desenvolvimento e robustez do CI determina a segurança na conformidade dos registos, salvaguarda de ativos e, em suma, organização de recursos.

No entanto, independentemente do nível de desenvolvimento de um CI, todas as organizações, por mais pequenas que sejam, possuem sempre um SCI. Ele pode ou não se adequar ao tipo e dimensão da organização, pode apresentar um número variável de fragilidades, entre outros possíveis problemas. Mas se uma organização ainda está ativa e exerce uma qualquer atividade algum SCI existe. Já quanto a melhorias e ajustamentos num SCI, não dispensam gastos. Gastos esses que uma análise de custo e benefício deve ponderar.

2.2 O papel do sistema de controlo interno no trabalho de auditoria financeira

A análise à robustez de um SCI permite identificar áreas de atuação críticas, ou seja, reconhecidas como mais vulneráveis, usualmente consideradas durante a realização de trabalhos de auditoria financeira. Tal situação justifica fundamentar a articulação entre auditoria financeira e CI.

2.2.1 Auditoria: enquadramento e relação com os sistemas de controlo interno

O conceito de auditoria tem sofrido alterações ao longo dos tempos, refletindo não só as mutações operadas no desenvolvimento das organizações como as exigências externas crescentes.

Se inicialmente a auditoria visava a descoberta de erros e fraudes, atualmente passou a alargar-se a outros domínios. Dentro de uma conceção ampla e clássica, na esfera financeira a auditoria é um exame ou verificação das contas, da situação financeira e/ou da gestão, realizada por um auditor com vista à emissão de um parecer (Bernau, 1993).

Já segundo Morais e Martins (2007) a auditoria é o processo sistemático de, objetivamente, obter e avaliar provas acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios pré-estabelecidos, assim como comunicar as conclusões aos interessados.

Também na visão do *Internetional Federation of Accountants* – IFAC – a auditoria é uma verificação ou exame, feito por um auditor, aos documentos de prestação de contas, com o objetivo de expressar uma opinião sobre os referidos documentos, de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade (Tribunal de Contas, 1999). Aliás, o Tribunal de Contas (1999, p.30) define auditoria como:

> *"Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas*

regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada."

Sendo uma auditoria financeira um exame, o seu perfil vai ser influenciado pela maior ou menor segurança que possa ser percebida na avaliação do seu SCI.

No ponto seguinte confronta-se a auditoria interna e externa.

2.2.2 Auditoria interna versus auditoria externa

Apesar de existirem algumas semelhanças entre conceitos, estes dois ramos de auditoria apresentam diferenças quanto aos seus objetivos e destinatário dos trabalhos que realizam, seja em termos de metodologias adotadas ou ações que são tomadas.

Marques (1997, p. 52) refere que:

"*Existem semelhanças entre as auditorias, interna e externa, ao utilizarem metodologias e técnicas comuns ou idênticas, tais como planear, programar e calendarizar os seus trabalhos, elaborar e utilizar checklist e questionários sobre aspetos a abordar e os designados "papéis de trabalho", ambas identificam, analisam e avaliam procedimentos de controlo interno, realizam testes, identificam insuficiências, erros e anomalias e avaliam os riscos que lhe estão associados e elaboram relatórios, nos quais fazem as suas apreciações, formulam sugestões e apresentam propostas corretivas a adotar com vista a resolver ou a minimizar as deficiências encontradas*".

A auditoria interna apareceu como uma necessidade de completar a auditoria externa. Tendo em conta que o auditor externo passava períodos de tempo muito curtos na empresa e o seu trabalho era totalmente direcionado para as demonstrações

financeiras. Ou seja, mais centrado no domínio contabilístico comparativamente ao administrativo.

Tomando em consideração as necessidades da gestão, tornou-se necessário a existência de auditora com maior regularidade comparativamente à auditoria externa, com um maior grau de profundidade e visando também outras áreas não relacionadas com a contabilidade, mais centradas no domínio administrativo, como o controlo de qualidade, administração de pessoal, entre outras.

Lajoso (2005, p. 11) considera que:

> *"A auditoria interna fornece análise, apreciação de perspetivas, recomendações, resultados, sugestões e informações relativamente às atividades examinadas, incluindo a promoção do controlo mais eficaz a custo razoável. O auditor interno deve revelar as fraquezas, determinar as causas, avaliar as consequências e encontrar uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir. A necessidade da existência da função de auditoria resulta assim em conseguir monitorar a eficácia e eficiência do sistema implementado nas diversas áreas de atividade. Ela constitui um meio de medir recursos (humanos, materiais, financeiros e informacionais) a fim de que a função liderança possa validar, consolidar ou alterar a sua estratégia".*

A existência de um departamento de auditoria interna na empresa tem como vantagem a realização de um trabalho sistemático, permanentemente, com o objetivo de combater erros e fraudes. No entanto os auditores internos são trabalhadores da organização, dependentes, logo podem ter a sua isenção condicionada. Também por isso, apesar do vínculo à entidade, o auditor interno deve exercer as suas funções com absoluta independência profissional, sob pena da sua atividade poder ser inutilizada.

Também por isso o *Institute of Internal Auditors* (1999) define auditoria interna como:

> "*Uma atividade independente, de avaliação objetiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização na consecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação dos processos da eficácia da gestão de risco, do controlo e de governação*".

Comprometida a independência a auditoria interna fica injustificada. E existe sempre o risco de o auditor interno criar as suas próprias rotinas na empresa, acabando por analisar sempre os mesmos sectores, por exemplo, deixando assim, outros no esquecimento. Por outro lado, podem existir mais facilmente amizades, conluios e compadrios no seio da organização, elementos que podem colocar em causa o rigor do auditor interno, e assim haver a inutilização do controlo.

Franco e Marra (1995) chamam a atenção para a importância e necessidade das empresas terem auditoria interna, para obterem controlo permanente das operações.

No entanto a auditoria interna não dispensa ou invalida a auditoria externa. Nomeadamente a que é realizada por um profissional inscrito na Ordem dos Revisores de Contas, legalmente determinada.

Segundo Pinheiro (2014) a auditoria realizada por auditores externos à unidade económica em apreciação é designada de auditoria externa, e consiste num exame independente, objetivo e competente de um conjunto de DF's de uma entidade, com o objetivo de informar os acionistas e o mercado que as DF's exprimem de foram verdadeiras e apropriada a posição financeira da empresa e que os resultados das operações do período a que respeitam estão de acordo com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites. Este tipo de auditoria tem uma maior incidência na função contabilística. Essa auditoria externa pode ser obrigatória ou facultativa. Se obrigatória é efetuada por inscritos na Ordem dos Revisores de Contas e é também designada de revisão de contas.

As auditorias interna e externa têm semelhanças entre si, na medida em que, ambas analisam e avaliam atividades exercidas por outros, utilizam técnicas e

metodologias idênticas nos seus trabalhos, como o planear, programar e calendarizar, identificam, analisam e avaliam procedimentos de CI. Para isso efetuam testes, identificam as insuficiências, erros e anomalias avaliando os riscos que lhes estão associados. No final do trabalho, elaboram relatórios, nos quais expõem as suas apreciações, apresentam propostas corretivas, tendo sempre como objetivo resolver ou minimizar as deficiências encontradas (Marques, 1997).

Ainda assim o auditor interno e auditor externo são bastante diferentes, embora tenham um objetivo em comum. Quanto melhor for a qualidade do trabalho dos auditores internos, mais facilitado o trabalho dos auditores externos (Barata, 1996).

A existência de um tipo de auditoria não dispensa necessariamente a existência do outro. A profissão de auditor interno e auditor externo podem mesmo ser complementares. Conforme é dito por Wood (2004), auditores internos e externos têm forças diferentes que se combinam para aumentar a eficácia das auditorias. Já Schneider (2009) defende que ao confiarem no trabalho da auditoria interna os auditores externos podem evitar a duplicação de determinados procedimentos de auditoria além de que os auditores internos apresentam um maior conhecimento do negócio, dos procedimentos e das políticas da empresa auditada.

Em organizações de pequena dimensão, ou mesmo microempresas, por exemplo, pode não chegar a haver auditoria, nem interna e nem externa. No entanto haverá um SCI que, na ausência de práticas de auditoria pode ainda ser assumido como de maior importância para acautelar a conformidade dos registos e a salvaguarda dos ativos.

2.3 Controlo interno em microempresas e em pequenas e médias empresas

Naturalmente o funcionamento de um sistema de controlo interno é condicionado pela dimensão de uma empresa. Desde logo porque o cumprimento do princípio de separação e segregação de funções não é indiferente a isso.

Comecemos então por delimitar o conceito de pequena e média empresa.

Segundo Strouhal, Dvorakova, e Pasekova (2011) as Pequenas e Médias Empresas (PME) constituíam, em 2007, cerca de 99% das entidades empresariais de todo o mundo, sendo que a maioria da força laboral se centrava nesse sector. Concomitantemente, a *Europe Commission Enterprise and Industry*, atesta que existem mais de 23 milhões de PMEs na União Europeia (UE), sendo que em dez, nove são microempresas, com uma média de trabalho para duas pessoas. A realidade nacional vai de encontro à média europeia e, prova disso, são os dados oficiais fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), reportados em 2008.

O IFAC apresenta as PMEs como organizações motoras para o crescimento emprego, sendo vital para a sustentabilidade e desenvolvimento económico. São organizações inovadoras que apostam em criar produto. São uma maioria em todo o mundo sendo as PMEs a maior fonte de emprego do sector privado e do produto interno bruto. É reconhecido o interesse público de apoio às PMEs e às práticas de contabilidade.

Através da definição apresentada pela União Europeia e de acordo com Carvalho (1994), PME define-se como uma organização que reúne cumulativamente os seguintes critérios:

- Empregar até 500 trabalhadores;
- No caso de trabalho por turnos regulares, poderá atingir o limite de 600 trabalhadores;
- Vendas anuais: 2 400 000c.[1]
- Não possuir ou ser possuída em mais de 50% por outra empresa que ultrapasse qualquer um dos limites atrás referidos.

De acordo com o INE (2010) as PMEs são amplamente reconhecidas como o pilar da economia nacional, sendo as principais responsáveis pela criação de emprego em Portugal. Tendo por base a classificação e recomendações da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, as PMEs são empresas com:

[1] Cf. Aviso inserido no Diário da República. III Série, n.º 102, de 3 – 5 - 1993

- Menos de 250 trabalhadores;
- Volume de negócios anual inferior a 50 milhões de euros;
- Ativo total líquido anual inferior a 43 milhões de euros.

Independentemente do que se referiu há situações em que mais do que referir pequenas empresas fará sentido referir micro empresas. A título de exemplo, o n.º 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de junho refere que "*na categoria das PME, uma micro empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros*". Idepependentemente disso, nesta dissertação as PMEs enquadradas foram as reconhecidas com PMEs Excelencia nos distritos de Beja e Faro, e que, simultâneamente aceitaram participar neste estudo.

Independentemente disso, quanto menor o número de pessoas, por princípio, maior será a sua fexibilidade e polivalência, elemento que pode limitar algumas das práticas de CI. Tal situação pode condicionar os mecanismos de CI, impondo configurações distintas das verificadas numa organização de maior dimensão.

No entanto, e tal como referido por Attie (2000), o CI tem uma elevada importância numa qualquer empresa, no sentido que os orgãos de gestão tomam decisões com base na informação recolhida nos registos internos do CI. O CI é, por isso, sempre considerado uma ferramenta de apoio à gestão no que diz respeito à detenção de erros e irregularidades, auxiliando a organização a atingir os objetivos propostos.

Também Carvalho (1994) expõe a importância do CI nas pequenas e médias empresas. A existência de um SCI adequado ao tipo de organização é parte fundamental para a proteção da mesma de possíveis erros, fraudes, irregularidades, faltas ou outros riscos associados à atividade da empresa. Identifica os controlos preventivos como uma solução, limitando quaisquer possíveis riscos que não estejam definidos no SCI e os controlos detetivos como fundamentais para a correção imediata dos erros ou fraudes, num mais reduzido periodo de tempo.

Pode concluir-se que o CI deve existir para garantir a razoável segurança e eficiência operacional, possibilitando o contínuo aperfeiçoamento dos processos e dos resultados obtidos. O CI deve estar informado das alterações que ocorrem no ambiente envolvente e das suas possíveis consequências, efetuando assim um acompanhamento constante à empresa.

Ainda que Attie (2000) assuma que muitas empresas, incluindo as pequenas e médias empresas, não vêem o CI como uma ferramenta de gestão e por esse mesmo motivo não lhe dedicam a devida atenção, existe uma enorme quantidade de entidades consideradas empresas familiares, e que por esse facto detêm uma maior confiança nos seus colaboradores. O autor assegura que, grande parte dos erros detetados devem-se a colaboradores de maior confiança. Ou seja, resultam de abusos exatamente onde não eram esperados.

Por tudo isso o CI numa organização nunca deve ser desvalorizado ou desconciderado, até porque existem enumeras vantagens que advêm da sua aplicação e potenciação. A este nível o COSO (2013) menciona que um sistema de controlo interno eficaz permite:

- Detetar inconformidades, ajudando à tomada de decisões;
- Melhorar o desempenho para a obtenção de lucro da empresa;
- Prevenir a perda de recursos;
- Aumentar as operações eficazes e eficientes;
- Assegurar um reporte financeiro fiável;
- Promover a conformidade com leis e regulamentos;
- Contribuir para o sucesso, auxiliando na concretização dos objetivos;
- Fornecer informação à administração sobre a evolução da empresa;
- Precaver danos de reputação;
- Evitar efeito surpresa de eventos negativos.

Contudo, não é possível ao SCI:

- Garantir o sucesso da empresa de forma plena;
- Assegurar que os objetivos sejam sempre atingidos;
- Garantir a plena fiabilidade do reporte financeiro;
- Garantir a total conformidade com leis e regulamentos.

Face ao relevo para a dissertação em causa, o ponto seguinte sistematiza alguns dos argumentos que sustentam a importância de um SCI.

2.4 Importância de um sistema de controlo interno

O CI é fundamental em qualquer tipo de organização, inclusive numa PME. Costa (2014) afirma que nenhuma empresa ou entidade, por mais pequena que seja, pode exercer a sua atividade operacional sem ter implementado um SCI, ainda que rudimentar. O controlo interno é mais eficaz quando os controlos são construídos como uma base da entidade e são uma parte da essência da empresa.

Para Barbier (1992) a empresa possui um controlo interno quando, na sua globalidade, está dotada de uma organização própria de antecipação dos riscos a fim de minimizar as consequências e otimizar a sua *performance*.

De facto, não basta ter um SCI na empresa, é fundamental que este funcione de uma forma eficaz e eficiente, pois à medida que as atividades e os negócios aumentam, aumenta também, proporcionalmente, a necessidade de controlo sobre eles. Se inicialmente, numa primeira fase, o administrador, que é o proprietário, consegue gerir e controlar grande parte da atividade, com o crescimento do negócio muitos processos deixam de estar ao seu alcance e controlo. Com o crescimento da organização, e o aumento da sua complexidade, é imperativo criar mecanismos para a prevenção e detenção de irregularidades, capazes de controlar as atividades que anteriormente eram supervisionadas pelo administrador, de forma a que se passe de um SCI simples, normalmente baseado em controlos financeiros, para um mais rígido e complexo que controle todas as operações que decorram na empresa.

Existindo um controlo rigoroso de todas as operações na entidade a probabilidade de ocorrência de erro[2] ou fraude[3] é inferior.

Attie (1991) reitera que um bom SCI é fundamental para atingir os objetivos propostos, eficácia e eficiência das operações e a salvaguarda dos ativos patrimoniais.

Tambem Attie (1998) expõe alguns aspetos que reforçam a melhoria no CI para obtenção dos melhores resultados, entre os quais destacamos:

- Relacionar o desempenho do sistema com as políticas e os objetivos determinados;
- Analisar se os padrões e se as regras em vigor são respeitados e estão adaptadas;
- Explicar a diferença entre o que é ou não executado, entre o bem e o mal realizado, através de reconhecimento de desvios da análise das razões e da exibição de relatórios que contêm recomendações apropriadas e praticáveis.

A estrutura organizacional, a cultura empresarial, os recursos humanos afetos à empresa e até mesmo o próprio estilo de liderança, são barreiras que limitam um SCI. Assim, segundo a norma 410 da OROC o SCI:

> "*Significa todas as políticas e procedimentos (controlo interno) adotados pela gestão de uma entidade que contribuem para a obtenção dos objetivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiência do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e detenção de fraudes e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível*".

[2] De acordo com a ISA 240, o termo "erro" refere-se a uma distorção não intencional nas demonstrações financeiras, incluindo a omissão de uma quantia ou de uma divulgação.
[3] De acordo com a mesma norma (ISA 240), o termo "fraude" refere-se a um ato intencional por um ou mais indivíduos entre a gerência, os encerramentos da governação, empregados ou terceiros, envolvendo o uso de intenção deliberada para obter uma vantagem injusta ou ilegal.

A importância de um SCI envolve uma ótica preventiva e uma ótica de correção de irregularidades, elementos que justificam os objetivos de CI enunciados no ponto seguinte.

2.5 Objetivos do controlo interno

AICPA[4], menciona que os objetivos principais do CI são os de avaliar a organização, o negócio e desempenho do mesmo, o lucro e a salvaguarda dos ativos, na preparação das demonstrações financeiras, e cumprir com os requisitos a que a entidade é obrigada. Estes objetivos abarcam diferentes necessidades e, ao mesmo tempo, separam-nas.

Em 1992 o COSO[5] definiu controlo interno como um "processo levado a cabo pelo conselho de administração, direção e outros membros da organização com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seus objetivos em três categorias:

- Eficácia e eficiência das operações;
- Fiabilidade da informação financeira;
- Cumprimento das leis e normas estabelecidas".

Em maio de 2013, o COSO emite uma nova versão no qual mantém a sua essência no que diz respeito aos conceitos, princípios e objetivos do COSO de 1992, sendo que os objetivos do controlo interno, na categoria da fiabilidade da informação, deixam de ser apenas restritos à informação financeira, mas também abrange a informação de carácter não financeiro.

Em síntese, no COSO de 2013, os principais objetivos são os abaixo mencionados:

- **Operacionais:** relacionados com a eficácia e eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho

[4] AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*
[5] COSO – *Committee of Sponsoring Organizations*

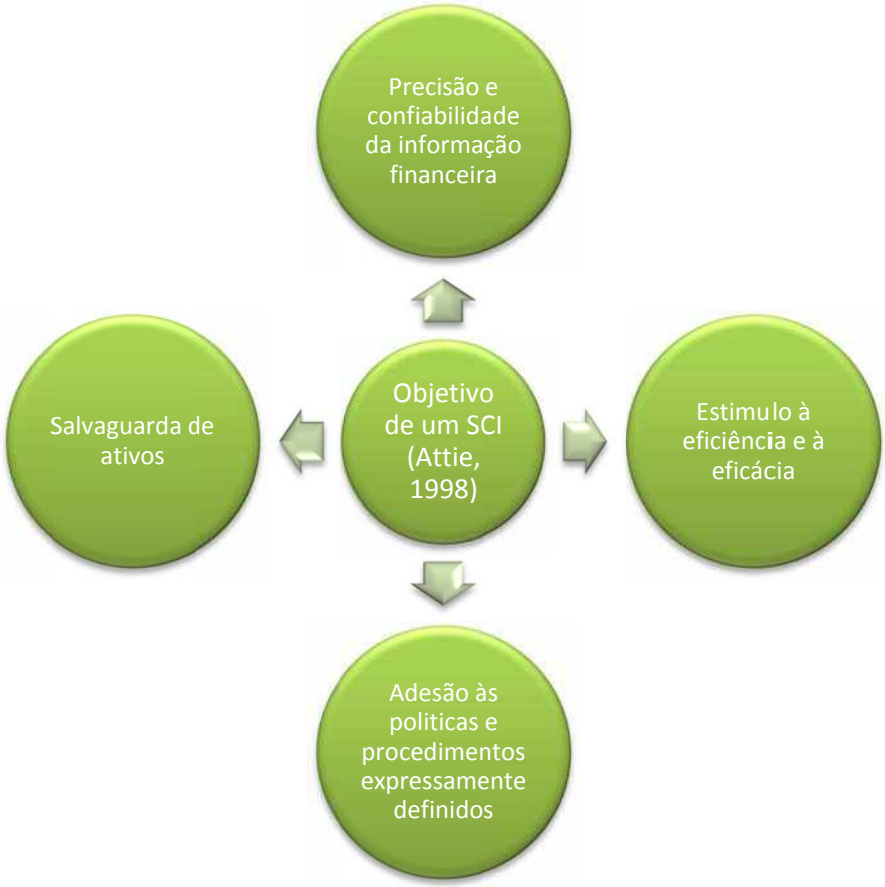
financeiro e operacional da mesma e a salvaguarda de perdas dos ativos;

- **Informação/divulgação:** esses objetivos relacionam-se as divulgações de informação financeira ou não financeira, podendo abranger requisitos de transparência, oportunidade, ou outros estabelecidos por entidades normativas, ou políticas da organização;
- **Cumprimento/conformidade:** objetivos relacionados com o cumprimento de leis e regulamentação a que a organização está sujeita.

Conforme referido pela NIR 315, um controlo interno bem definido envolve um vasto conjunto de procedimentos e práticas, visando um controlo adequado de toda a atividade da empresa.

Attie (1998) estabelece quatro objetivos básicos para o controlo interno, nomeadamente:

Figura 1 – Objetivos do controlo interno



Fonte: Adaptado de Attie (1998).

Comparando tanto os objetivos da NIR 315 como os enunciados por de *Attie (1998)* verifica-se a existência de aspetos em comum. Ambos se focam na fiabilidade da informação financeira e na importância da eficiência operacional. Contudo é possível destacar o facto de na norma ser realçado como um dos objetivos o cumprimento das leis e regulamentos, o que é sem dúvida um ponto crucial e importante para as entidades.

Costa (2000) menciona que as empresas necessitam de implementar um SCI, devendo as suas exigências ser adaptadas a cada organização. O controlo interno abrange todas as operações da organização.

Para facilitar o alcance dos objetos expostos importa considerar alguns princípios assumidos como essenciais e seguidamente detalhados.

2.6 Princípios de controlo interno

Uma organização, ao criar e implementar um SCI, deve sempre ir ao encontro dos objetivos de gestão, não dispensando o planeamento e sinalizando as áreas com maior potencial para erros, sejam intencionais, ou não.

Assim, de acordo com Almeida (2010) e tendo em conta a identificação de áreas típicas, os princípios fundamentais são:

- **Rotinas internas**: todas as rotinas internas devem ser definidas pela administração. Compreende-se como rotinas internas, os formulários, procedimentos internos e externos, bem como a sua forma de preenchimento.

  Todos os documentos que são de uso habitual na organização devem estar definidos no manual da organização.
- **Segregação de funções**: consiste em evitar que uma pessoa tenha acesso ao ativo físico e ao registo contabilístico, de forma a minimizar o risco de erros e fraudes, por exemplo, o funcionário que efetua as reconciliações bancárias não deve ser o tesoureiro, mas sim uma pessoa estranha à função.
- **Confronto de ativos com os registos**: definição de procedimentos para que os ativos sob a responsabilidade de uma pessoa, sejam periodicamente confrontados com o registo contabilístico.
- **Auditoria interna**: deve verificar-se a execução dos procedimentos de controlo interno implementados pela administração, e verificar a necessidade de adaptar as normas já existentes ou implementar novas por lacunas do sistema ou por alteração de processos e procedimentos.
- **Acesso aos ativos:** O acesso aos ativos deve ser restrito para evitar possíveis desvios, apenas devem ter acesso aos ativos, as

pessoas responsáveis pelos mesmos, quer se trate de bens físicos, quer seja cheques ou dinheiro.

- **Responsabilidades**: a definição de responsabilidades no controlo interno é fundamental. Todos os funcionários devem conhecer as tarefas a realizar, por forma a assegurar que o controlo interno, cuja elaboração é da responsabilidade da empresa, é executado de acordo com os procedimentos, de forma a evitar e detetar erros e fraudes, bem como no apuramento das responsabilidades aquando da sua ocorrência.
- **Custos versus benefícios:** os benefícios com o controlo interno devem ser superiores aos seus custos, pois caso contrário, pode levar a que seja considerado sem interesse para a organização.

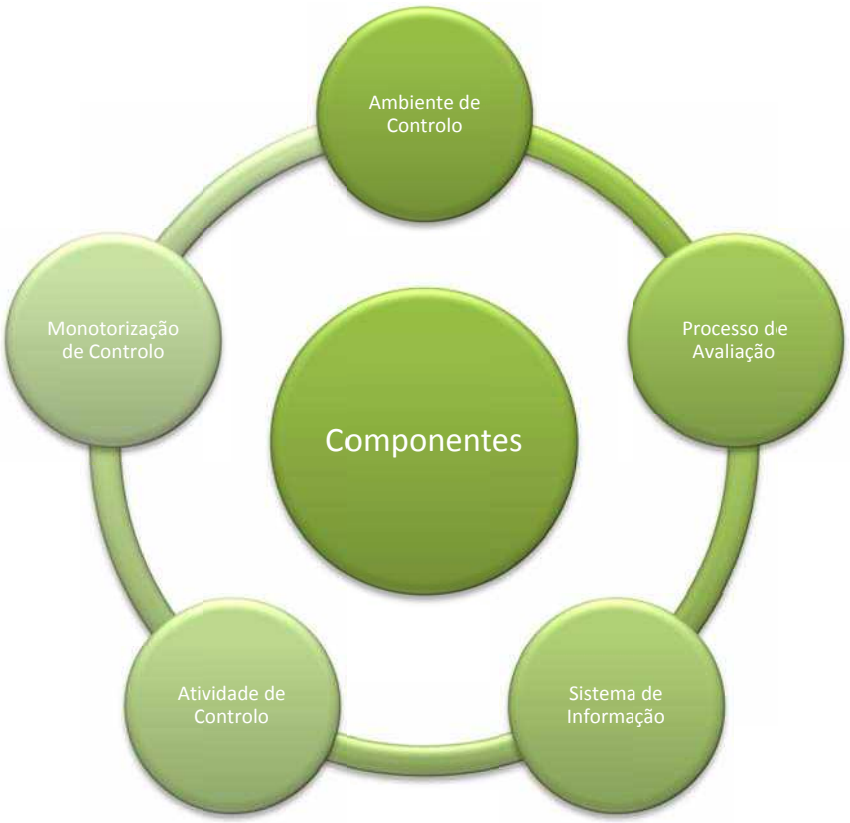
Almeida (2010) defende ainda que, o custo do CI não deve exceder os benefícios que dele se espera obter. Isso quer dizer que os controlos mais sofisticados (normalmente mais onerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controlos menos rígidos devem ser implantados para as transações menos importantes.

Em suma, a criação e a implementação de um SCI pressupõe um método adaptado à atividade e ao negócio, tendo como finalidade ajudar a organização a atingir os objetivos atempadamente definidos. Toda a organização e níveis hierárquicos devem estar envolvidos nesse processo, assumindo esse SCI configurações variáveis, tanto no que respeita às dimensões de análise, quanto aos requisitos propriamente ditos.

2.7 Dimensões e requisitos de um sistema de controlo interno

O COSO (2013) refere que o CI se define em cinco dimensões, componentes de gestão inter-relacionados, transversais às entidades.

Figura 2 – Componentes do controlo interno



Fonte: Adaptado de COSO (2013).

Sendo o CI analisado numa perspetiva sistémica os diferentes componentes influenciam-se reciprocamente.

Vejamos então com mais detalhe cada um desses componentes.

- **Ambiente de controlo:** inclui as funções de governação, de gestão, as atitudes, a consciência, o posicionamento da entidade, a consciências e as ações dos responsáveis pelas funções em relação ao CI da entidade e a sua importância perante a mesma. O ambiente de controlo permite um CI equilibrado e eficaz não pondo em causa a sua estrutura e eficácia.

  De acordo com a ISA 315, o ambiente de controlo contém os seguintes elementos:

- Comunicar e fazer cumprir valores éticos e de integridade;
- Compromisso com a competência;
- Participação dos responsáveis pela governação;
- Filosofia de gestação e estilo operacional;
- Estrutura organizacional;
- Definição de autoridade e de responsabilidade;
- Políticas de recursos humanos e respetivas práticas.

- **Processo de avaliação do risco:** trata-se de um componente de elevada importância para o CI, a organização deve ter consciência dos riscos inerentes dos quais a atividade se pode vir a deparar. O processo de determinação do risco pela entidade inclui a forma como a gestão identifica, trata e analisa os riscos inerentes a cada operação/atividade, reverência o seu significado, avalia a probabilidade da sua ocorrência e decide sobre as ações a tomar.

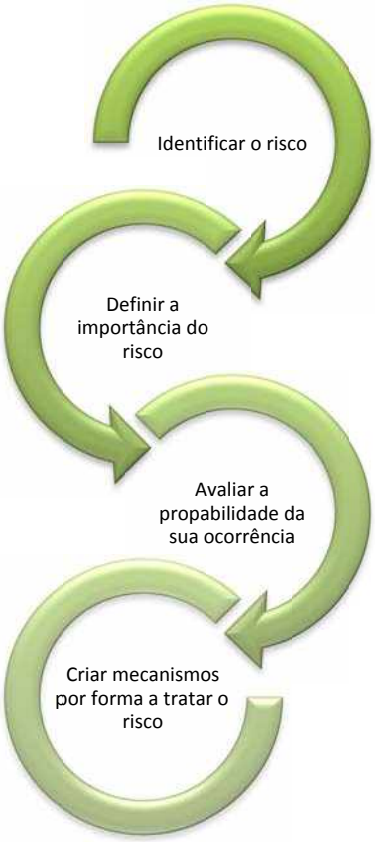
  De igual modo a ISA 315 refere, que os riscos podem surgir devido a diversas circunstâncias, concretamente:

  - Alterações no meio envolvente da organização:
  - Novos trabalhadores;
  - Novos ou reformulados sistemas de informação;
  - Crescimento rápido;
  - Novas tecnologias;

- Novos modelos de negócio, produtos ou atividades;
- Reestruturação da empresa (entidade);
- Expansão de operações para o estrangeiro;
- Novos procedimentos contabilísticos.

De forma a evitar riscos desnecessários à organização que a possam afetar, existe a necessidade de criar mecanismos que possam identificar e corrigir esses acontecimentos.

Figura 3 - Identificação e tratamento do risco



Fonte: Adaptado de ISA 315 (2013).

A possibilidade de existência de desvio face ao padrão atempadamente estabelecido representa o risco. No entanto ouros elementos existem e importam sinalizar, nomeadamente:

- **Sistema de informação e comunicação:** este sistema é composto por infraestruturas (*software*, *hardware*, pessoas, dados e procedimentos) que comportam o registo e o processamento, que permitem dar credibilidade às demonstrações financeiras, como também, manter responsabilidade sobre ativos, passivos e capital próprio relacionado.
- **Atividade de controlo:** visa verificar a eficácia do controlo interno, assegurando que são tomadas as ações necessárias para reduzir os riscos que ameaçam os objetivos da entidade. Assim ajudam a assegurar que as diretivas da gestão são cumpridas.

A figura seguinte agrega alguns dos elementos essenciais sinalizados.

Figura 4 – Atividade de controlo

Fonte: Adaptada do COSO (2013).

- **Revisão de desempenho**: consiste no cruzamento dos registos reais com os registos contabilísticos, nas diferenças áreas da organização. Devem ser efetuados comparações entre o orçamentado e o realizado para verificar se os objetivos previamente definidos estão a ser cumpridos.
- **Processamento de informação**: existem dois tipos de controlo: controlos de aplicação (aplicacionais) e controlos gerais das tecnologias de informação. Os controlos de aplicação podem ser de três tipos:
    - **Preventivos**: surgem para evitar que ocorram erros, pretendem garantir que os procedimentos são cumpridos;
    - **Identificativos**: detetam a ocorrência de erros/falhas quando elas surgem por forma a atuar de imediato, permitindo tomar medidas para os reparar;
    - **Corretivos**: tratam os erros e falhas depois de terem acontecido, tomando ações corretivas e determinando procedimentos para os evitar no futuro.
- **Controlo físico**: o controlo físico recorre a diversos mecanismos, entre os quais sistemas de segurança, para evitar o acesso de pessoas estranhas, solicitação de autorização para acesso a *software*, contagem física de ativos, entre outros. Este controlo visa evitar o furto de ativos.
- **Segregação de funções**: consiste na definição e atribuição de funções a diferentes pessoas, a separação de funções, nas transações separando as contabilísticas e de registo, das funções operacionais. A segregação de funções define que uma mesma pessoa não deve iniciar e terminar uma transação. Esta

transação deve ser dividida por diferentes pessoas, onde quem regista, autoriza e tem os ativos em seu poder, sejam pessoas distintas. Attie (1998) faz igualmente referência à rotatividade de funções para que a mesma tarefa não seja executada sempre pela mesma pessoa, para evitar erros e fraudes, não ficando a organização dependente de uma só pessoa.

- **Monitorização do controlo:** consiste na comunicação dos resultados dos testes efetuados ao controlo interno a quem de direito, por forma a dar conhecimentos da eficácia do mesmo, ou das suas falhas/deficiências, bem como as formas de as colmatar.

A execução do CI evolve assim um processo continuo e permanente, para que se consiga demonstrar a adequação à organização.

Quanto à monitorização COSO (2013) refere que pode ser executada:

- **Pelo gestor (por sua delegação):** onde este avalia as rotinas e os procedimentos da sua competência, com base nas políticas da entidade. Efetua uma avaliação dos riscos de acordo com as secções relevantes, atribuindo avaliação e promovendo que sejam efetuados os ajustes necessários;
- **Pelo controlo externo:** através de uma auditoria, quer seja interna ou externa à entidade, onde são revistos e avaliados todos os procedimentos.

Já de acordo com Marçal e Marques (2011), para além de existirem requisitos gerais do CI, existem igualmente outros requisitos essenciais para que o CI possa ser potenciado, designadamente:

- Um organograma que ofereça uma adequada divisão de responsabilidades;
- Um conjunto de regras e procedimentos que certifique um controlo prudente sobre os ativos, passivos, receitas e despesas;

- Uma definição das funções que certifique o integral cumprimento dos deveres e das responsabilidades de cada uma das unidades de funcionamento que compõem o organograma;
- Pessoal qualificado e capaz para as funções e responsabilidades propostas;
- Uma eficaz segregação de funções que implique a separação de funções incompatíveis entre si;
- A rotação dos funcionários, que diminui a possibilidade de fraudes e erros, permitindo que surjam novas ideias de trabalho, suprimindo a rotina;
- Que cada colaborador saiba os limites das suas obrigações e direitos;
- Controlo das operações, a confirmação e/ou conferência das operações deve ser efetuada por pessoas diferentes das que participam na sua realização ou registo;
- Registo regular dos factos, o registo das operações deve observar as regras aplicáveis e basear-se em documentação adequada e fidedigna.

O cumprimento destes requisitos confere uma maior fiabilidade ao CI. E, naturalmente, quanto maior a quantidade de requisitos atendidos, menos limitações serão esperadas no domínio desse CI.

2.8 Limitações do controlo interno

Princípios, componentes e requisitos são elementos essenciais do CI que podem representar diferentes dimensões de análise.

Segundo o Tribunal de Contas (1999) só um adequado SCI pode facultar uma segurança razoável na prevenção, limitação ou detenção de erros ou irregularidades.

Há que ter em mente que a implementação de um SCI não é, por si só uma garantia, no que respeita à consecução dos objetivos de fiabilidade e confiança a que a

administração se propõe e que o mesmo esteja em funcionamento (Costa, 2014). Por outras palavras, a existência de um SCI não significa por si só, total garantia quanto a nível de eficiência e eficácia das operações, de veracidade das DFs e de conformidade com as leis e regulamentos. Nenhuma organização está livre da ocorrência de erros humanos, irregularidades ou fraudes, na medida em que existem vários fatores que podem influenciar negativamente a operacionalidade do SCI.

A nível interno, a estrutura concecional, a cultura empresarial, os recursos humanos afetos à empresa, e até mesmo o próprio estilo de liderança, podem ser barreiras que limitam o sucesso do controlo interno. Costa (2014) trata os vários fatores a nível interno que condicionam e limitam o controlo interno, entre os quais:

- **A falta de interesse da administração:** o apoio e interesse da administração em implementar um SCI contribui para a sua eficiência. Isto é, a falta de interesse demonstrado por este órgão, tanto na implementação como na manutenção do SCI, pode comprometer o alcance de certos objetivos como a credibilidade e integridade da informação;
- **A dimensão da empresa:** em organizações de pequena dimensão torna-se mais complicado conseguir obter uma clara segregação de funções e por isso SCI é de maior eficiência quando implementado em empresas de grande e média dimensão. Todavia existem procedimentos básicos que podem ser seguidos nas organizações de pequena dimensão, como por exemplo o processamento de informação de forma numérica sequencial;
- **A relação custo/benefício:** um controlo interno só se justifica quando a relação custo/benefício é positiva, isto é, quando o custo de determinado procedimento não é superior ao custo dos riscos que visa cobrir. Se não se encontrarem vantagens não há necessidade de implementar algumas das medidas de controlo;

- **A existência de erro humano, conluio e fraude:** por muito bom que seja um SCI, se as pessoas que exercem as funções, não forem razoavelmente competentes, integras, honestas e rigorosas, não há controlo interno que resista a esses fatores por mais sofisticado que seja. Porque a falta de integridade moral e a idoneidade profissional do pessoal, pode conduzir ao conluio e consequentemente à fraude intencional. A competência das pessoas pode ser afetada não só pela distração na realização de tarefas, como também pela má compreensão das instruções e pela prática de erros de apreciação e julgamento;
- **As transações pouco usuais:** os sistemas de controlo interno são implementados para prever operações de rotina, não estando preparados para transações pouco usuais sendo que poderão escapar a qualquer tipo de controlo.
- **A utilização da informática:** a ineficiência dos controlos das aplicações informáticas e do ambiente informático, pode possibilitar o acesso direto a ficheiros ou a práticas de operações fraudulentas (por isso dever-se-á adotar algumas medidas para controlar os acessos e utilizações abusivas dos poderes de autorização das operações).

Para além destas limitações, existem algumas áreas difíceis de controlar, nomeadamente ativos tangíveis, os inventários, as compras, as vendas, as disponibilidades e os registos administrativos (Marçal & Marques, 2011). Nestes casos, deverá promover-se a existência de uma documentação mais pormenorizada.

Também a ISA 315 tem como objetivo o reconhecimento, por parte do auditor, da identificação e avaliação dos riscos de distorção material, devido a fraude ou a erros a nível de DFs, e de asserção, por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, incluindo o CI, proporcionando por isso uma base para conceber e implantar respostas aos riscos avaliados.

Loureiro (2000) afirma que o maior problema não é o SCI, mas sim as pessoas que fazem parte dele. O conluio dos empregados na apropriação de bens, bem como, a negligência, a falta de ética, e a falta de instrução de funcionários na realização de duas tarefas, constituem preocupações de qualquer organização. Fatores como a consciência ética e brio profissional dos funcionários contribuem à partida para uma melhoria no funcionamento do CI. Na construção de um SCI, não basta olhar para dentro da organização, é preponderante que se faça uma análise abrangente dos fatores que condicionam a atividade da entidade, sejam eles internos ou externos. A estruturação de um SCI, numa ótica única e exclusivamente direcionada para a empresa, poderá gerar uma análise muito limitativa, isolada e reduzida dos potenciais riscos da mesma. Este facto pode tornar a empresa vulnerável a todos os riscos externos que a entidade está sujeita.

Porém, algumas das limitações apresentadas pelo CI podem e devem ser contrabalançadas por um controlo externo, uma vez que este último tem um papel muito importante na avaliação no controlo interno e na apresentação de sugestões de alteração quando este é insuficiente ou deficiente. O controlo externo ao fazer uma revisão ao controlo interno e ao elaborar pareceres do mesmo, poderá verificar se este apresenta condições de economicidade e legalidade, ultrapassando algumas das limitações associadas à vontade do órgão de gestão de colocar em prática um SCI e à possibilidade de conluio e erros humanos por parte dos funcionários da organização.

Descritas as perspetivas, objetivos e requisitos essenciais de um SCI imposta agora sintetizar áreas e variáveis, que configurem um SCI.

2.9 Áreas e variáveis de um sistema de controlo interno

É da responsabilidade da gestão da empresa a implementação de um SCI alinhado com um sistema contabilístico financeiro adequado, ou seja, capaz de apresentar uma imagem verdadeira e apropriada das suas contas.

No âmbito deste trabalho, tendo em conta as questões e objetivos de investigação, sinalizam-se as áreas seguintes.

2.9.1 Meios financeiros líquidos/disponibilidades

O manuseamento dos meios monetários dependerá sempre da dimensão da empresa e de como é implementado o controlo interno na mesma. De todas as atividades, está é a que requer uma maior atenção, devido ao facto de envolver dinheiro, e o dinheiro é um importante recurso para a sustentabilidade da empresa.

De uma forma genérica, as entidades devem fazer pequenos pagamentos através de meios monetários, sendo que os pagamentos frequentes a terceiros devem ser executados através do banco (cheques ou transferências bancárias) ou por cartões de crédito ou/e débito (Costa, 2010). Preferencialmente transferências bancárias para evitar o trabalho associado aos cheques e às conciliações bancárias.

Os pagamentos elaborados por cheque a terceiros devem estar a cargo de uma pessoa responsável e num local seguro. Acrescentando que, quando é passado um cheque a uma empresa ou outros meios (pessoa ou contas fixas ou variáveis) a empresa deverá ficar com uma cópia de cada cheque. Os cheques devem ser assinados por duas pessoas, e só deve ser assinado na presença dos respectivos documentos de suporte. Por razões óbvias, nunca devem ser assinados cheques em branco. Mesmo no caso que sejam necessárias duas assinaturas nunca uma das pessoas deve assinar um cheque em branco. Depois de se pagar o cheque, deve colocar-se no suporte um carimbo com a designação "PAGO", para eviar-se duplos pagamentos (Costa, 1998).

Os pagamentos por transferência bancária são os mais vantajoso, pois podem ser efetuadas transferências bancárias mensalmente num dia combinado entre empresa e o banco, sendo necessário apenas uma assinatura. A desvantagem, está apenas na necessidade de avisar o banco com antecedência para fazer a transferência bancária, o que se torna constragedor fazer esperar o destinatário pela conclusão do processo de pagamento. No entanto, atualmente, os pagamentos podem ser realizados por Internet/*homebanking*, possibilitando uma maior rapidez (Costa, 2010).

Os recebimentos são todos os valores recebidos pela empresa (independentemente do meio que foram efetuados), os mesmos devem ser

depositados no banco, diariamente e na totalidade. As quantias recebidas não devem ser utilizadas para pagamentos ocacionais, devendo isso acontecer apenas em casos pontuais.

Quando existem cobradores na empresa, estes devem possuir uma folha de cobranças na qual constem os recibos originais para entregar aos clientes, após liquidação do pagamento. No final de cada dia, o cobrador deve apresentar as contas na tesouraria, sendo as mesmas confirmadas por pessoas responsáveis na área (Costa, 2010).

Mensalmente, um colaborador que não pertença à secção de tesouraria e que na secção da contabilidade não tenha acesso às contas correntes (mas de preferência um auditor interno, se existir) deverá proceder à reconciliação de todas as contas de depósito à ordem, para o que lhe deverão ser remetidos os respetivos extratos bancários (Costa, 1998).

2.9.2 Compras de bens, serviços e dívidas a pagar

Morais e Martins (2007) referem que a área de compras de bens e serviços tem de ter um CI adaptado que avalie a vertente contabilistica/financeira e operacional.

A vertente contabilistica/financeira deverá ter um CI que avalie:

- Os saldos evidenciados nas DFs sejam os corretos, nomeadamente que a organização tenha em armazém, em trânsito, à consignação ou em poder de terceiros os bens, mercadorias e os materiais fornecidos;
- Nos saldos das contas de compras os registos sejam efectuados ao preço de mercado, ao preço de custo ou ao mais baixo dos dois, de acordo com os critérios valorimétricos e princípios conatabilisticos geralmente aceites;
- As obrigações respeitantes às compras estão devidamente refletidas DFs;

- Se faz prova de que as contas das DFs estão valorizadas de forma correta;
- Verifique se não existe qualquer restrição aos ativos da organização e em caso afirmativo se estão devidamente identificados;
- Se verifica a conformidade dos saldos das contas de amortizações nas DFs, tendo em conta a vida útil do bem.

A vertente operacional avalia a eficácia na aplicação dos procedimentos e normas definidas para as atividades da área da gestão de compras e a eficiência que a organização dispõe na seleção dos fornecedores ou outros credores ou outros critérios de encomendas. Em suma, avalia a eficácia e a eficiência da gestão de compras.

Heinritz e Farrel (1983) referem que é necessário na área de compras fazer requisições atempadamente de forma a se elaborar uma correta seleção dos fornecedores, preços, qualidade, entre outros que podem influenciar a ação. Assim, a área de compras deve ser independente da área de contabilidade, as compras devem ser efetuadas tendo por base requisições assinadas pelos responsáveis, periodicamente deve ser revisto os preços e as condições de compra, avalições do controlo dos descontos, preços, condições de pagamento, entre outros. A conferência da fatura é o ponto fundamental para a confirmação da encomenda, sendo que é analisado se os preços foram os definidos no ato da encomenda, os descontos, as quantidades e a verificação de conformidade da mercadoria.

O processo relativo às compras de existências tem normalmente o seu início no setor da empresa que tenha a seu cargo a gestão de stocks. Para haver stock para vendas é necessário comprar produtos e, nessa vertente, é necessário consultar o inventário para evitar obsoletos. A determinação de niveis de stock deve ser feita com base nas previsões de vendas elaboradas tempestivamente pelo departamento comercial. Antes de haver escassez de algum produto, deve ser encaminhado um "pedido de compra" pela secção responsável por esta área (Costa, 1998).

Um pedido de compra é um acto voluntário mas que requer muita parícia nos preços e nas condições de pagamento. Por isso, é necessário fazer uma pesquisa

constate de novos fornecedores. Os ficheiros dos fornecedores devrão ser atualizados periodicamente, coma a finalidade de encontrar novos fornecedores que apresentem condições mais favoráveis à empresa (Costa, 2010).

A receção das existências enviadas pelos fornecedores devem ter em conta sempre dois aspectos cruciais: o quatitativo e o qualitativo. Muitas empresas esquecem-se deste último, apenas dando importância ao quatitativo, mas de facto não é só importante conferir as quatidades fornecidadas mas também a qualidade em que estas são fornecidas, logo estes dois aspectos devem ser sempre considerados em simultâneo. O colaborador que fizer as receções deve ter um suporte de validação dos artigos, para que as contagens sejam feitas corretamente. Após a receção dos bens, e garantida as quatidades e qualidade dos mesmos, o suporte de validação é assinado e à postriori é devidamente encaminhado para a secção de compras para assim dar entrada no programa de faturação.

Para efetuar os pagamentos aos fornecedores é necessário fazer o somatório dos balancetes e estes deverão coincidir com o saldo da conta principal. Divergências nos saldos devem ser alvo de investigação para que, posteriormente, sejam regularizados (Costa, 2010).

2.9.3 Vendas e dívidas a receber

Esta variável diz respeito a empresas que executam créditos a outrem. A concessão de um crédito é uma forma de vender um produto de custo elevado num modo faseado em conformidade com as condições redigidas entre o cliente e a empresa.

O controlo das contas e dívidas a receber, de uma maneira geral, é feito através de um programa de faturação com a criação de uma ficha individual de cada cliente, onde se encontram descriminadas as respectivas designações dos artigos, datas de compra e valores da faturação a liquidar (este meio de pagamento é apenas executado para clientes fiéis à empresa onde se prestou um serviço/bem, não sendo elaborado para qualquer individuo) (Costa, 1998).

No final de cada mês existe a necessidade de se elaborar balacentes de todas as contas subsidiárias das contas de clientes (e das restantes contas a receber). O somatório dos saldos dos balacentes das diversas contas subsidiárias deverá coincidir com o saldo da conta principapal, devendo as eventuais digervências ser investigadas e prontamente regularizadas (Costa, 1998).

Regularmente, devem ser feitos envios para os clientes, via correio ou e-mail, do montante a liquidar, tendo como objetivo perceber se os saldos se encontram em concordância. Este trabalho deve ser feito por um colaborador que não pertença à tesouraria, tenha funções relacionadas com cobranças e contas correntes, devendo preferencialmente ser efetuado por um auditor interno (Costa, 1998).

A elaboração de notas de crédito (devoluções de mercadoria, anulações de faturas, erros na emissão da fatura e descontos), deve ser feita por um colaborador responsável e deve conter uma assinatura no suporte de comprovativo com a justificação do pedido.

2.9.4 Ativos fixos tangíveis

É designado de ativo fixo tangivél todo o bem/produto que a entidade adquira para sua própria utilização. Logo, esses bens adquiridos pela empresa são única e exclusivamente para sua utilização e não devem ser destinados para venda.

A aquisição de ativos fixos tangiveis envolve, em grande parte dos casos, enumeras responsabilidades pelo que a tomada de decisão sobre a politica destes investimentos deverá caber ao conselho de administração da empresa. Por sua vez, este deve possuir um manual com os ativos fixos tangiveis da empresa, para que possam ser feitas avaliações a investimentos futuros e também detetar bens/produtos em falta (Mendes, 2013).

Os ativos fixos tangiveis na contabilidade podem ser considerados gastos capitalizáveis ou não. Os gastos que forem considerados capitalizáveis são gastos com uma valor monetário superior, que devem ser conciderados como um investimento. Os gastos não capitalizáveis, na sua maioria, são ativos com um valor muito reduzido

aos capitalizavéis, contabilisticamente são conciderados como gastos da entidade (Costa, 2010).

Deve existir, periodicamente, uma inspeção física por parte da administração da empresa aos ativos fixos tangiveis da mesma. Essa inspeção deve ser acompanhada do respetivo manual, para assim garantir não só as quatidades como também a qualidade e o estado de utilização dos mesmos.

3 Método

O método traduz o percurso de investigação e sustenta a apresentação da presente dissertação.

É a partir do método que é possível entender a forma como se obtêm as respostas às questões de investigação apresentadas.

Os trabalhos que envolvem investigação pressupõem, necessariamente, um conjunto de opções e ações que importa explicar, dado que condicionam os resultados.

O método impõe uma sequência lógica que encaminha a pesquisa até aos seus instrumentos e técnicas. Nessa sequência e segundo Coutinho (2011), a investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de averiguação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete acerca dos problemas práticos, que se suscita o debate e se revigoram ideias.

O trilho de investigação assumido é representado no desenho de investigação que seguidamente se apresenta.

3.1 Desenho de investigação

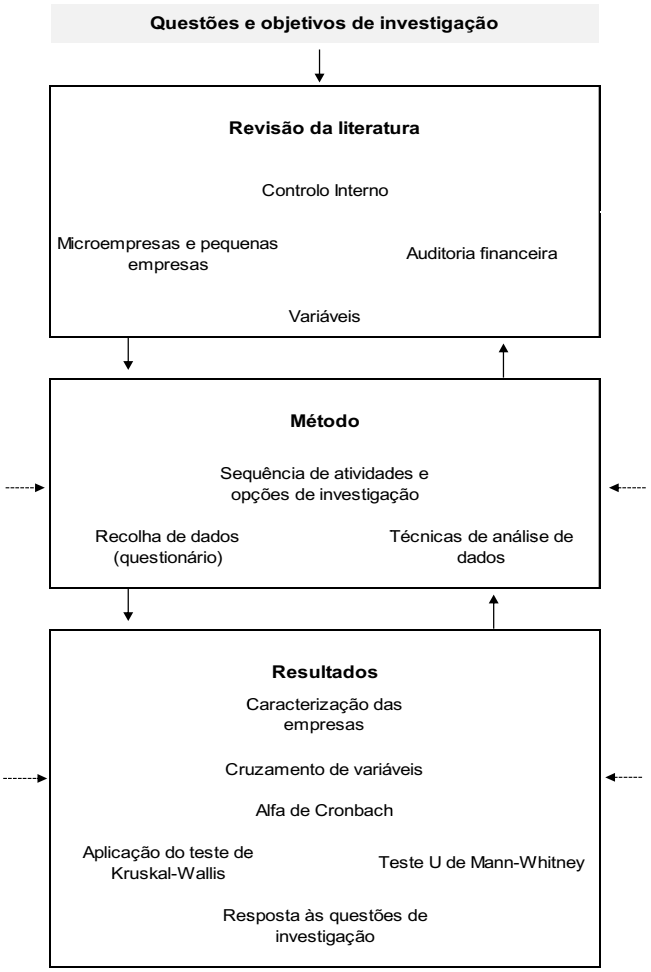
O desenho de investigação infra expressa em perspetiva gráfica a sequência de atividades desenvolvidas no processo de investigação que a presente dissertação descreve.

Numa primeira parte começa por se caracterizar o tema da dissertação e a bibliografia que a suporta. É aí sinalizada a importância do controlo interno e a sua relação com a auditoria financeira. São aí expostos princípios e requisitos, bem como a descrição das áreas de controlo interno seriadas para esta investigação, nomeadamente disponibilidades, vendas e dividas a receber, compras de bens e serviços e dividas a pagar e por fim ativos fixos tangíveis.

Numa segunda parte é apresentado o método, onde são explanadas as opções de investigação, e quais as razões que levaram a essas mesmas escolhas. Optou-se por fazer uma investigação por questionários a empresas caracterizadas por pequenas e médias empresas excelência. No que respeita aos testes estatísticos utilizados foi dada preferência aos testes não-paramétricos por ter sido obtido um N < 30. A análise foi feita com recurso ao teste de Alfa de Cronbach, por ser um teste de verificação da consistência de respostas, teste U de Mann Whitney para comparar variáveis ordinais em dois grupos independentes e o teste de Kruskal-Wallis para comparar um número de grupos superior a dois, também para grupos independentes.

Na terceira parte desta dissertação são apresentados os resultados. É feita a caracterização sumária das respostas ao questionário com recurso às aplicações informáticas SPSS e Microsoft Excel.

Figura 5 – Desenho de investigação



3.2 O instrumento de recolha de dados: questionário

Um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito com o intento de obter os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto (Parasuraman, 1991).

O processo de recolha sistematizada de dados foi aqui suportado em inquérito por questionário. O questionário usado empregou maioritariamente questões fechadas. Segundo Coutinho (2011) a opção por questões fechadas, estruturadas, facilita a sistematização, apresenta menores custos na recolha de dados, é menos demorado comparativamente a um instrumento que recorra a questões abertas e, consequência de tudo isso, tende a apresentar uma aplicação mais rápida.

Outra motivação para o recurso a questionário decorreu da inexistência de dados primáros orientados para a resposta às questões de investigação colocadas.

O questionário foi sujeito a pré-teste com o propósito de avaliar a sua dimensão e redação, ou seja a clareza das questões apresentadas (Moura, 2013). O questionário foi sujeito a pré-teste, para verificação da forma como foi redigido, com o propósito de aferir clareza das questões colocadas (Willian & Hatt, 1972).

O pré-teste foi validado por um painel composto por quatro especialistas que apresentaram sugestões de ajustamento de itens e permitiram a estabilização do instrumento.

Para realização do pré-teste recorreu-se a um painel de especialistas que em tempo útil se pronunciaram quanto à adequação das questões e a sua interpretação. Todos os ajustamentos propostos foram aplicados e muito melhoram a clareza do intrumento. O pré-teste não teve como finalidade obter respostas, apenas serviu para verificar a construção do questionário.

Num questionário o tipo de perguntas usadas e consequentes respostas envolvem escalas de medida diferentes, que condicionam o tratamento dos dados recolhidos (Hill & Hill, 2012).

O inquérito por questinário foi realizado atrvés do Google Drive. A técnica de aplicação do instrumento envolveu o envio do *link* do questionário por e-mail, bem como a realização de telefonemas de sensibilização para participação, dirigidos às empresas selecionadas, com o propósito de assinalar a pertinência do trabalho em curso, bem como esclarecer dúvidas dos potenciais respondentes.

3.2.1 Escalas de medida e variáveis

O questionário foi maioritariamente constituido por perguntas fechadas. Em perguntas fechadas as possibilidades de resposta são antecipadamente apresentadas. Para evitar a monotonia de respostas assumiu-se um número par para a opções de respostas (Hill & Hill, 1998).

Segundo Mattar (1994) as principais vantagens e desvantagens das perguntas fechadas são as seguintes:

Vantagens:

- Facilidade de aplicação, processo e análise;
- Facilidade e rapidez no ato de responder;
- Apresentam pouca possibilidade de erros;
- Diferentemente das dicitômicas, trabalham com diversas alternativas.

Desvantagens:

- Exigem muito cuidado e tempo de preparação para garantir que todas as opções de respostas sejam oferecidas;
- Se alguma alternativa importante não foi previamente incluida, fortes viéses podem ocorrer, mesmo quando é oferecida a alternativa “Outros. Quais?”;
- O respondente pode ser influênciado pelas alternativas apresentadas.

No questionário disponibilizado foram considerados os três tipos de escalas mais frequentes, concretamente (Hill & Hill, 2012):

- Escalas métricas;
- Escalas nominais;
- Escalas ordinais.

Escalas métricas são aquelas em que o valor que separa todas as opções de resposta é constante. Já as escalas nominais consistem num conjunto de categorias de resposta qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas, tendo como exemplo (sim e não; feminino e masculino). Estas escalas qualificam, mas não medem. Finalmente escalas ordinais admitem uma ordenação numérica das suas categorias, ou seja, das respostas alternativas, estabelecendo uma relação de ordem entre elas, mas onde não é possível medir a magnitude das diferenças entre as categorias (Hill & Hill, 2012). Dito de outra forma, em escalas ordinais não há garantias de que o valor que separa as opções de resposta seja constante.

Ao longo do questionário foram utilizadas perguntas com polaridade invertida, ou seja, com sentido positivo e negativo, para se procurar limitar a monotonia nas respostas. Já na análise de dados, por não ser possível agregar respostas de escalas com sentidos diferentes, foi utilizada a inversão das questões que continham polaridade negativa, para assegurar igual polaridade nas respostas e assim conseguir agregá-las.

Foi verificada a necessidade de estruturar o controlo interno administrativo e o controlo interno contabilístico como variáveis latentes, uma vez que as respostas não poderiam aqui ser obtidas de forma direta. O termo «variável latente» é utilizado para representar uma variável que não pode ser observada nem medida diretamente, mas que pode ser definida a partir de um conjunto de outras variáveis (possíveis de serem observadas ou medidas) desde que meçam qualquer coisa em comum (Hill & Hill, 2012).

Sendo a variável latente uma variável que é definida por outras variáveis, essas outras são normalmente designadas por variáveis componentes, porque são itens que compõem a variável latente. Por vezes, as variáveis componentes podem ser medidas a partir de afirmações num questionário. É recomendável que existam 4 a 6 *itens* para medir cada uma das variáveis componentes (Hill & Hill, 2012).

A tabela seguinte resume as variáveis usadas e a sua respetiva classificação.

Tabela 1 – Classificação de variáveis

Nº de ordem	Variável	Descrição	Classificação da variável
1	TRABALHADORES	Número médio de trabalhadores da empresa no ano 2017	Quantitativa
2	TRAB_GRUPOS		Ordinal
3	VPS	Vendas e preações de serviços da empresa em 2017	Quantitativa
4	VPS_GRUPOS		Ordinal
5	SECÇÃO_CAE	Secção do CAE Rev. 3	Nominal
6	RESPONDENTE	Respondente: empresário ou trabalhador	Nominal
7	FJ	Forma jurídica de exercício de atividade	Nominal
8	CI_A1	Delegação de autoridade e responsabilidade	Ordinal
10	CI_A2_INVERTIDO	Segregação de funções	Ordinal
11	CI_A3	Aprovação e registo de compras	Ordinal
12	CI_A4	Verificação de compras e pagamento	Ordinal
13	CI_A5	Numeração sequencial de documentos	Ordinal
14	CI_A6	Verificação periódica de inventários	Ordinal
15	SCORE_CI_A	Pontuação - CIA (quando exista comprovada consistência nas respostas)	-
16	UTILIDADE_MCI	Valoração do MCI na imagem verdadeira das demonstrações financeiras	Nominal
17	CONF	Delimitação de responsabilidade por conferências e controlos	Nominal
18	CI_C9	Documentos de suporte contabilístico	Ordinal
20	CI_C10_INVERTIDO	Documentos perdidos	Ordinal
22	CI_C11_INVERTIDO	Prazos de entrega de documentos	Ordinal
23	CI_C12	Registo de transações em documentos.	Ordinal
24	CI_C13	Objetividade dos procedimentos de autorização	Ordinal
25	CI_C14	Relação do CI com a credibilização das demonstrações financeiras	Ordinal
26	SCORE_CI_C	Pontuação - CIC (quando exista comprovada consistência nas respostas)	-
27	DISP_1	Funcionamento de caixas em sistema de fundo fixo	Nominal
28	DISP_2	Contagens de surpresa às caixas	Nominal
29	DISP_3	Cheques emitidos	Nominal
30	DISP_4	Assinatura de cheques	Nominal
31	SCORE_DISP	Pontuação - Disponibilidades	Quantitativa
32	TERC_1	Consultas periódicas ao mercado	Nominal
33	TERC_2	Verificação de saldos de balancetes	Nominal
34	TERC_3	Resposta a fornecedores	Nominal
35	SCORE_TERC	Pontuação - Terceiros	Quantitativa
36	EXIS_1	Política de vendas e crédito	Nominal
37	EXIS_2	Acesso a armazéns	Nominal
38	EXIS_3	Procedimento de expedição de bens	Nominal
39	EXIS_4	Confirmação de saldos aos clientes	Nominal
40	EXIS_5	Identificação mensal de incumprimento nos pagamentos	Nominal
41	SCORE_EXIST	Pontuação - Inventários	Quantitativa
42	AFT_1	Aprovação de compras de ativos fixos tangíveis	Nominal
43	AFT_2	Registo de depreciações de ativos fixos tangíveis	Nominal
44	SCORE_AF_TANG	Pontuação - Ativos Tangíveis	Quantitativa

3.3 Técnicas de análise de dados

As técnicas de análise de dados estão ligadas ao processo de transformação de uma hipótese geral numa hipótese operacional, pois "*quando o investigador está a planear o trabalho empírico, é essencial pensar na hipótese operacional, nos métodos de investigação e nas análises de dados, em conjunto*" (Hill & Hill, 2012, p. 33). Já quanto às técnicas de análise de dados, podem ser classificadas da seguinte maneira:

- Técnicas paramétricas e não-paramétricas;
- Técnicas que tratam de diferenças entre grupos de casos, e técnicas que tratam da relação entre variáveis (para uma um só grupo de casos);
- Técnicas univariadas, técnicas bivariadas e técnicas multivariadas.

No presente estudo foram usados teste não-paramétricos, por não exigirem pressupostos de partida e devido à reduzida dimensão da quantidade de repostas, no caso inferior a 30. Outra das características dos testes não-paramétricos é o facto de estes não exigirem que a distribuição da variável sob estudo seja conhecida (normal), ao contrário dos testes paramétricos (Maroco, 2003).

As técnicas não-paramétricas não lidam com parâmetros e não assumem que os valores de uma variável têm uma distribuição normal. Estas técnicas permitem até analisar variáveis em escala nominal ou em escala ordinal (Hill & Hill, 2012).

A análise de dados desta dissertação foi efetuada com recurso a uma ferramenta de tratamento de dados estatísticos, concretamente o *Statistical Package for Social Sciences – SPSS –*, versão 21.

3.3.1 Cruzamento de variáveis e estatística descritiva

O cruzamento de variáveis centrou-se na distribuição de frequência de respostas. Nesse cruzamento de variáveis procurou-se caracterizar relações e compreender melhor os sistemas de controlo interno implementados nas empresas.

Adicionalmente usaram-se também aqui algumas medidas de estatística descritiva, nomeadamente medidas de tendência central, concretamente a média aritmética para as variáveis métricas e a mediana para as variáveis ordinais. No que respeita à dispersão dos valores em torno da média existiu recurso ao desvio padrão.

3.3.2 Alfa de Cronbach

Cronbach, em 1951, apresentou o coeficiente alfa como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário feito numa pesquisa. Este coeficiente mede a correlação existente entre as respostas a um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, tratando-se de uma média de correlação entre as respostas (Hora, Monteiro, & Arica, 2010).

Já segundo Shavelson (2009) o coeficiente de alfa de *Cronbach* provou ser útil atendendo a três motivações:

- Fornece uma medida de confiabilidade razoável em um único teste, não existindo necessidade de repetição ou aplicações paralelas de um teste para a estimativa da consistência do mesmo;
- A sua forma geral permite a sua aplicação em questionários de múltipla-escolha, de escalas dicotómicas ou escalas de atitudes de variáveis categóricas;
- Pode ser facilmente calculado por princípios estatísticos básicos.

O valor mínimo aceitável para alfa é de 0,70. A consistência interna dos itens da escala com valores inferiores a esse é considerada baixa. Por conseguinte, o valor máximo esperado para alfa é de 0,90, uma vez que valores superiores a esse podem significar presença de redundâncias ou duplicação de dados. Caso isso aconteça, os elementos redundantes ou duplicados devem ser eliminados (Streiner, 2003).

Fiabilidade e validade de uma medida não são a mesma coisa. Uma medida pode ter boa fiabilidade, mas por outro lado ter pouca validade, mas se a medida não tiver boa fiabilidade não pode de todo ter uma boa validade. Em termos lógicos pode

afirmar-se que a existência de fiabilidade adequada é necessária, mas não suficiente, para garantir uma adequada validade (Hill & Hill, 2012).

Diz-se que uma medida de uma variável latente é fiável se for consistente, sendo que essa consistência pode ser definida de três maneiras diferentes, tais como:

- Consistência em termos de estabilidade temporal;
- Consistência em termos de equivalência de medidas;
- Consistência interna.

Sendo que, em nenhum dos casos anteriormente mencionados se pode afirmar que a consistência é perfeita quando analisada na prática (Hill & Hill, 2012, p. 142).

Cronbach ultrapassou o problema da estimação de fiabilidade usando uma técnica que estima o coeficiente de fiabilidade interna (α) como sendo o valor médio de todos os coeficientes possíveis (Hill & Hill, 2012).

O valor α pode ser estimado a partir da seguinte fórmula (Hill & Hill, 2012):

$$\alpha = \frac{k}{k-1}\left(1 - \frac{\text{Soma das variâncias de cada item}}{\text{Variância total dos } k \text{ itens}}\right)$$

3.3.3 Teste U de Mann-Whitney

O teste de *Mann-Whitney* é um teste não-paramétrico adequado para comparar as funções de distribuição de uma variável pelo menos ordinal, medida em dois grupos independentes. Este teste pode também ser utilizado como alternativa ao teste *t-Student* para grupos independentes, nomeadamente quando os pressupostos do teste *t-Student* não se verificam ou quando o número de observações é baixo, ou seja, menor do que trinta. Situação em que robustez dos testes paramétricos pode não ser verificada. No caso em que as distribuições sejam normais, a eficiência assimptótica do teste de *Mann-Whitney* é de 95,5% da eficiência do teste *t-Student* (Maroco, 2003, p. 219). Assim, para uma quantidade de observações superior a trinta e verificado o cumprimento do requisito de normalidade da distribuição, é justificado o uso do teste *t-Student,* em alternativa ao teste U de *Mann-Whitney.*

A estatística *U* de *Mann* & *Whitney* é dada pelo número de vezes que uma observação do grupo 1 precede uma observação do grupo 2 (U_1) ou pelo número de vezes que uma observação do grupo 2 precede uma observação do grupo 1 (U_2) depois de todas as *N* observações terem sido ordenadas por ordem crescente (Maroco, 2003).

3.3.4 Teste de Kruskal-Wallis

O recurso a este teste não paramétrico decorre das questões de investigação apresentadas, da quantidade de grupos, no caso superior a dois, bem como da quantidade de respostas recolhidas.

É geralmente aceite que os testes não-paramétricos são menos potentes que os correspondentes testes paramétricos, porém, esta afirmação só se torna realmente robusta para amostras ou grupos de grande ou igual dimensão. Já para amostras ou grupos de pequena e diferente dimensão, e onde as variáveis sob estudo não verificam os pressupostos dos métodos paramétricos, os testes não-paramétricos são os mais adequados (Maroco, 2003).

Existe a necessidade de reforçar que alguns testes não-paramétricos, como é o caso do *Kruskal-Wallis*, foram desenvolvidos especificamente para variáveis ordinais. Este teste exige também que todas a variáveis sejam aleatórias. O teste é normalmente utilizado para testar se dois ou mais grupos provém de uma mesma população, de populações diferentes ou se, de algum modo, os grupos provêm de populações com a mesma distribuição o que é equivalente a testar se as medianas populacionais são iguais (Maroco, 2003). Este procedimento permite testar a existência de diferenças entre grupos.

Formalmente, as hipóteses sob estudo podem escrever-se como:

- ✓ H_0: os grupos têm a mesma distribuição de valores, logo não existem diferenças na distribuição;
- ✓ H_1: os grupos não têm a mesma distribuição de valores, logo há diferenças na distribuição.

No caso de existirem apenas dois grupos a comparar, o teste de *Kruskal-Wallis* é preterido pelo teste *Wilcoxon-Mann-Whitney*, teste abordado no ponto anterior. Ainda assim o formato das hipóteses não é alterado, comparativamente ao aqui apresentado.

3.4 Síntese conclusiva

O processo de elaboração da presente investigação, que se pretende que venha a ser conducente à atribuição do grau de mestre em Contabilidade e Finanças, envolve um percurso com a duração aproximada de um ano. O método sinaliza o trilho seguido e as opções assumidas. Trata-se de um elemento essencial para permitir entender a forma com os resultados apresentados no capítulo seguinte foram alcançados.

Neste capítulo o desenho de investigação assume enorme importância, por permitir visualizar a articulação entre questões de investigação, revisão de literatura, questionário, técnicas de análise de dados e resultados. Permite assim aferir a relação entre a revisão de literatura e a análise de resultados. Assim, a partir de um foco quantitativo são fixadas hipóteses

O questionário foi validado em pré-teste. Já os modelos estatísticos tiveram em conta a quantidade de respostas (22), bem como a maior flexibilidade nos pressupostos de aplicação, principalmente a dispensa de verificação de normalidade na distribuição de resultados.

4 Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados recolhidos através do questionário, apresentado em anexo à presente dissertação.

Como anteriormente referido, as empresas consideradas foram PMEs excelência de 2017, sedeadas nos distritos de Beja e Faro e que participaram. No entanto não foram consideradas as 157 empresas qualificadas nestes dois distritos, mas apenas as 22 respondentes, o que corresponde a 14% das empresas qualificadas.

4.1 Caracterização das empresas

Tendo por base o primeiro grupo de questões do questionário torna-se possível caracterizar as empresas respondentes. Esta caracterização é o ponto de partida para o desenrolar deste trabalho, bem como para os diversos desdobramentos e análises.

As 157 empresas inquiridas foram escolhidas para o estudo em questão não só por fazerem parte dos distritos de Beja e Faro, mas também por terem sido classificadas como PME Excelência pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal. Essa classificação é dada atribuída quando as mesmas reúnem cumulativamente os seguintes requisitos (IAPMEI, 2019):

- Autonomia financeira >= 37,50%;
- Rendibilidade líquida do capital próprio >= 12,50%;
- Dívida financeira líquida/EBITDA (NetDebt/EBITDA) <= 2,50;
- EBITDA/Ativo >= 10,00%;
- EBITDA/Volume de negócios >= 7,50%;
- Crescimento do volume de negócios (de 2015 para 2016) >= 0;
- Notação de risco atribuída pela Sociedade de Garantia Mútua <= 5.

Essa caracterização tem em conta a área de negócio, de acordo com a classificação de atividade económica – CAE –, a forma jurídica, o número de funcionários e o volume de negócios da empresa.

Quanto aos responsáveis pelo preenchimento do questionário importa indicar que 55% são do género masculino e 45% do género feminino, com uma média de idades de 40 anos. Ao utilizarmos o teste de U de *Mann-Whitney* onde se relacionou a variável género com os scores disponibilidades, compras de bens, serviços e dívidas a pagar, vendas e dívidas a receber e ativos fixos tangíveis obtivemos resultados de p=0,923; p=0,821; p=0,456 e p=0,159 respetivamente, concluindo que não existem diferenças na distribuição, verificando-se assim a hipótese H_0.

As empresas respondentes têm uma representação média de número de trabalhadores com o valor de 23 trabalhadores. No que diz respeito ao valor de vendas, somado às prestações de serviço, o valor médio apresentado pelas respondentes foi 2.128.091,32€.

Relativamente aos resultados obtidos a nível do CAE, constata-se que o grupo inquirido é pouco equilibrado, tendo como maior incidência a Secção I – Alojamento, restauração e similares, com 9 respostas de um total de 22. Seguiu-se a Secção S – Outras atividades e serviços com o valor de 4, e as restantes respostas espalhadas pelas diferentes secções de uma forma homogénea. Face à forma jurídica apresentada, esta também apresenta resultados bastante dispares, responderam ao questionário 15 sociedades por quotas, 3 sociedades anónimas, com igual valor à anterior as sociedades unipessoais por quotas e por fim uma sociedade em nome individual. A nível percentual verifica-se que as sociedades por quotas têm um peso superior às restantes com um valor de 68%, com as duas seguintes a assumir valores de 14% e por fim 4%.

Ao relacionar a utilização do manual de controlo interno com o número de trabalhadores existentes nas empresas verifica-se que o aumento do número de trabalhadores não acarreta um aumento do reconhecimento da utilidade do manual de controlo interno. A mesma situação foi verificada quando se cruzaram os dados referentes ao número de trabalhadores e o reconhecimento das conferências, ou seja, o aumento de trabalhadores na empresa não acarreta um aumento do reconhecimento quanto à responsabilidade de conferência e controlo definidas na entidade.

4.2 Dimensão administrativa

A segunda parte do questionário, e depois de ser feita a caracterização das empresas respondentes, foram introduzidas as questões centradas na avaliação do controlo administrativo. Aqui foram usadas questões com resposta fechada, orientando assim o respondente a uma escala fixa com quatro respostas, onde assinala

aquela que mais enquadra na sua realidade empresarial. A escala é compreendida entre o "discordo totalmente" e o "controlo totalmente".

Assim, ao serem questionadas se a autoridade e responsabilidade devem ser objetivamente delegadas 77% das empresas responderam que concordam totalmente com a afirmação e os restantes 23% responderam de forma positiva, deixando clara a importância da questão e com resultados homogéneos.

Na questão se não existia segregação de funções na empresa 55% responderam de forma negativa, afirmando que existe segregação de funções na empresa, havendo assim uma separação clara no trabalho onde cada um tem funções atribuídas. Concordam com a afirmação de que na empresa não existe segregação de funções 36% dos respondentes, 9% concorda totalmente com o facto de todos na empresa fazerem um pouco de tudo.

Quando perguntado se quem faz as compras não faz o seu registo na contabilidade, 41% responderam que concordam totalmente com a afirmação, com mais 18% a responder positivamente à mesma. Achando pouco relevante ou mesmo sem importância 23% e 18% respetivamente.

Sobre o facto de serem os mesmos elementos a verificarem as mercadorias e o respetivo pagamento, 68% declararam que não são os mesmos elementos a efetuar ambas as tarefas. No entanto há 32% que desvaloriza a importância da separação dessas tarefas.

Com uma percentagem de 91% as empresas respondentes concordam totalmente com a afirmação que os documentos que acompanham os serviços prestados ou mercadorias vendidas são numerados sequencialmente, apenas 9% desvalorizam essa condição.

Na questão sobre se os inventários são verificados num espaço temporal nunca superiores a 6 meses, 50% expressaram concordância total com a afirmação, já 27% também concordou positivamente, restando assim 23% que não concordou com a afirmação dando pouca importância à mesma.

Foi aqui calculado o Alfa de Cronbach, para se perceber a consistência entre os itens do controlo interno administrativo. Obteve-se aqui um valor de 0,52 para o indicador alfa, logo abaixo dos 0,7 e, por isso, conclui-se que não existe uma consistência aceitável nas respostas recolhidas.

4.3 Dimensão contabilística

A abordagem de todas as áreas de controlo interno levaria a um questionário extenso e de difícil interpretação. Dessa forma, apenas foram abordadas quatro subáreas de controlo interno, concretamente:

- Disponibilidades;
- Compra de bens, serviços e dívidas a pagar;
- Vendas e dívidas a receber;
- Ativos fixos tangíveis.

Quanto ao conhecimento dos documentos a entregar na contabilidade, 86% concordou positivamente com a afirmação, enquanto 14% indicaram que nem todos são conhecedores dessa informação.

Quanto à questão se existem documentos na empresa que se perdem, 77% respondeu que não, havendo 23% de respostas que afirmam existirem perdas.

Uma grande maioria dos respondentes, com uma percentagem de 91%, afirma que não há documentos entregues fora do prazo imposto pela Autoridade Tributária, ao contrário dos restantes 9% que dizem poder existir documentos entregues fora do prazo.

Quando é perguntado se todas as transações são registadas em documentos, apenas 14% responde de forma negativa, afirmando que esse registo não é feito, enquanto os restantes 86% apresentam resposta positiva.

Na questão se todos sabem quem pode autorizar o quê na empresa 95% respondeu positivamente, concordando com a mesma, existindo apenas uma empresa

a responder negativamente, afirmando que nem todos sabem quem autoriza o quê na empresa, com o valor de 5%.

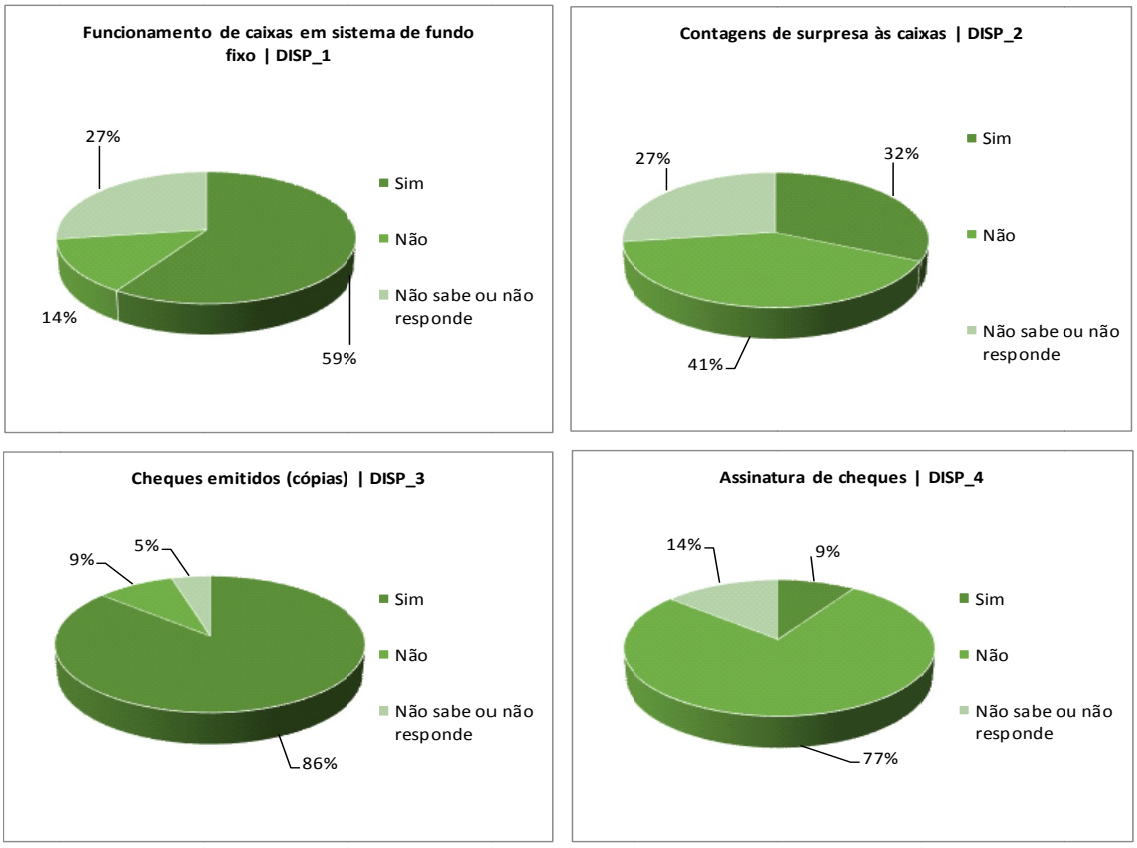
Para finalizar foi perguntado se concordavam que o controlo interno contribuía para a credibilização das demonstrações financeiras, ao qual todas responderam positivamente, assumiram aqui 27% e 73% para importante e muito importante, respetivamente.

Foi também aqui aferida a consistência para os itens associados ao controlo interno contabilístico, ondo o valor para Alfa de Cronbach, sem exclusão de itens, foi de 0,378. Sendo inferior a 0,7 não se pode aqui assumir a existência de consistência razoável.

4.3.1 Disponibilidades

Relativamente às disponibilidades, observou-se que a este nível as empresas inquiridas variam na tipologia de requisitos acautelados, mas na quantidade de elementos acautelados não existem diferenças.

Figura 6 - Disponibilidades



Cerca de metade do grupo inquirido trabalha com um sistema de fundo fixo de caixa, 59%, enquanto que, 14% respondeu que não trabalha com esse sistema, obtivemos ainda uma proporção de 27% de não resposta.

São efetuadas contagens surpresas à caixa em 32% das empresas respondentes, 41% respondeu negativamente à questão, existindo assim uma percentagem de 27% que não respondeu ou simplesmente por ser uma questão que não se aplica à empresa em questão.

Em relação aos cheques emitidos e se são tiradas cópias dos mesmos 86% respondeu que "sim", havendo apenas 9% a responder "não" à mesma questão, apenas uma empresa respondeu que não sabe ou não se aplica à entidade com o valor de 5%. Neste domínio identifica-se também que 77,3% das empresas não assina cheques em branco e/ou ao portador, existindo mesmo assim uma percentagem de 9,1% a responder positivamente a esta questão.

O teste de Kruskal-Wallis apresenta um valor de p=0,636 para o CAE, p=0,491 para o grupo de trabalhadores, p=0,379 para o volume de negócios e p=0,291 para a forma jurídica, concluindo que não existe diferença na distribuição, assim não é possível rejeitar a hipótese H_0, logo não existem diferenças na distribuição. A tabela seguinte caracteriza os grupos e apresenta os resultados obtidos.

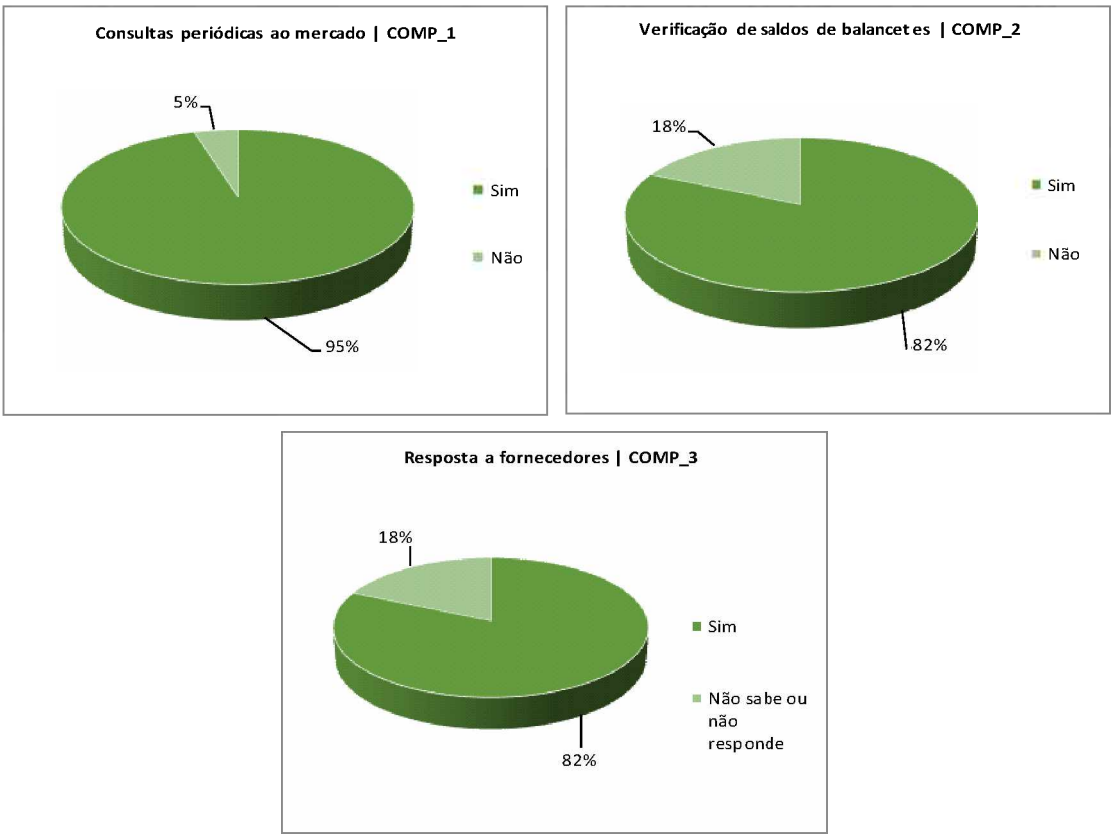
Tabela 2- Disponibilidades (SCORE)

Grupos	Disponibilidades (SCORE)				
	Asymp. Sig.	Média		Desvio Padrão	
CAE					
Secção A	0,636	-	1,86	-	0,97
Secção C		2		0,82	
Secção D		0,5		0,5	
Secção F		-		-	
Secção G		-		-	
Secção I		2,44		0,95	
Secção M		-		-	
Secção S		1,5		0,5	
Grupo de Trabalhadores					
[1;10[	0,491	1,5	1,86	0,5	0,97
[10;20[		2		1,15	
[20;30[		1		0	
[30;40[		1,67		0,47	
[50;60[		-		-	
[70;80[		2		0	
Volume de negócios					
[1;500000[	0,379	2,5	1,86	0,5	0,97
[500000;1000000[		1,67		1,11	
[1000000;2000000[		1,75		1,29	
[2000000;3000000[		1,8		0,75	
[3000000;4000000[		2		1	
[4000000;5000000[		2		0	
[50000000;N[		-		-	
Forma Jurídica					
ENI	0,209	-	1,86	-	0,97
SA		2,33		0,47	
LDA		1,6		0,87	
Unipessoal		2,33		1,25	

4.3.2 *Compra de bens, serviços e dívidas a pagar*

Por ser uma área que apresenta um forte impacto nas empresas foi-se tentar perceber como estas reagem a determinadas questões relativamente às compras de bens, serviços e dívidas a pagar.

Figura 7 - Compra de bens, serviços e dívidas a pagar



Quando questionadas à cerca se existia uma continuada procura de novos produtos, melhores preços, fornecedores com melhores condições, entre outras melhorias 95% respondeu positivamente, existindo apenas uma resposta que afirma a não existência desta procura por melhores condições no mercado.

Responderam positivamente, com um valor de 82%, à questão se se obtêm mensalmente balancetes das contas dos fornecedores e se se verificam se os saldos se encontram corretos, havendo quatros empresas que responderam que esse procedimento não é realizado, 18%.

No mesmo âmbito perguntou-se se os pedidos de confirmação de saldos feitos pelos fornecedores eram respondidos com prontidão e a maioria respondeu que sim com uma percentagem de 95%, existindo apenas uma empresa que respondeu que não sabe.

O teste de Kruskal-Wallis apresenta um valor de p=0,586 para o CAE, p=0,817 para o grupo de trabalhadores, p=0,45 para o volume de negócios e p=0,513 para a forma jurídica, concluindo que não existe diferença na distribuição, assim não é possível rejeitar a hipótese H_0, logo não existem diferenças na distribuição. A tabela seguinte caracteriza os grupos e apresenta os resultados obtidos.

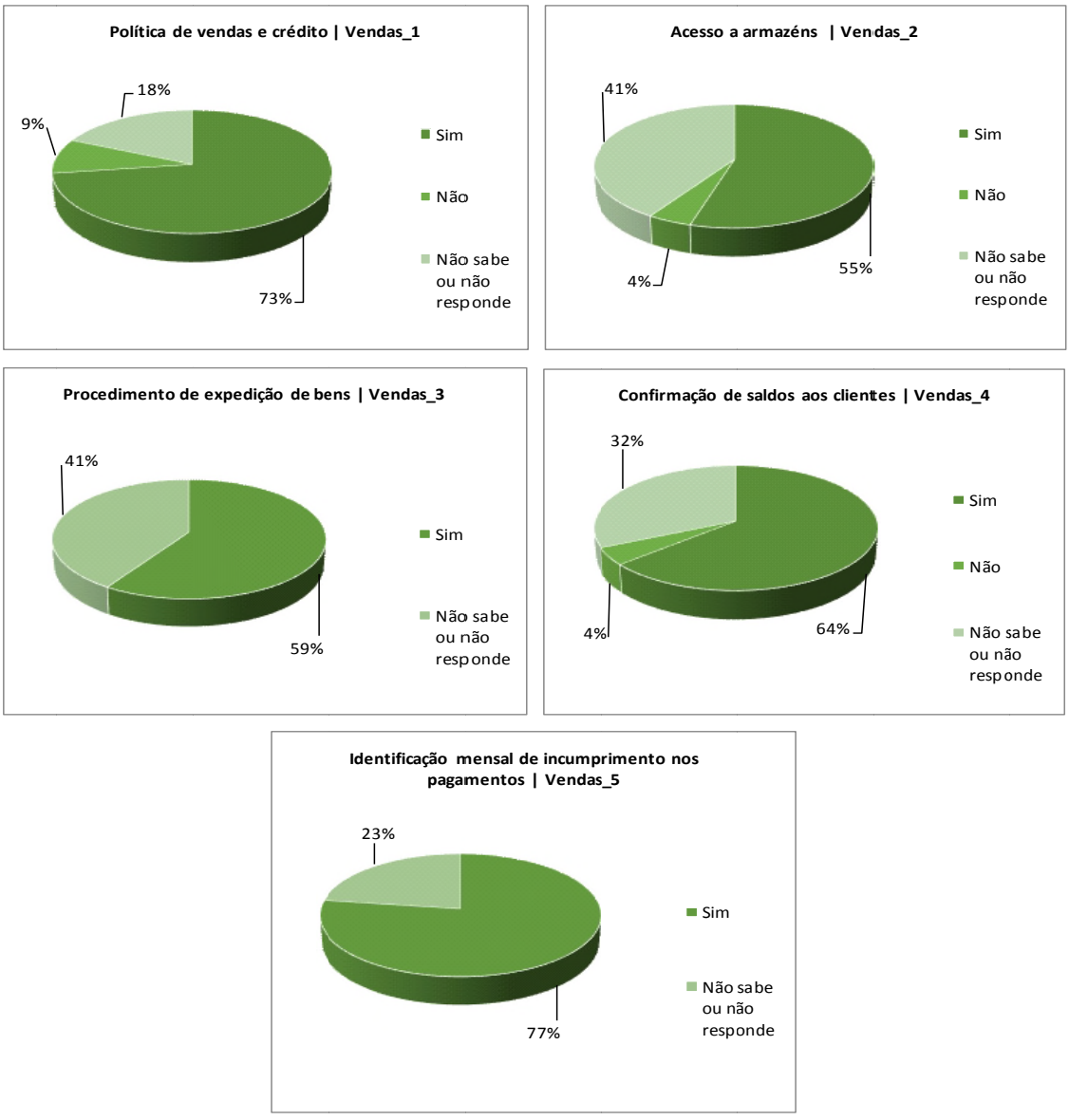
Tabela 3- Compras (SCORE)

Grupos	Compras (SCORE)				
	Asymp. Sig.	Média		Desvio Padrão	
CAE					
Secção A	0,586	-	2,73	-	0,54
Secção C		2,67		0,47	
Secção D		3		0	
Secção F		-		-	
Secção G		-		-	
Secção I		2,67		0,67	
Secção M		-		-	
Secção S		2,5		0,5	
Grupo de Trabalhadores					
[1;10[	0,817	3	2,73	0	0,54
[10;20[		2,67		0,62	
[20;30[		2,5		0,5	
[30;40[		2,67		0,47	
[50;60[		-		-	
[70;80[		3		0	
Volume de negócios					
[1;500000[	0,45	3	2,73	0	0,54
[500000;1000000[		2,67		0,75	
[1000000;2000000[		2,5		0,5	
[2000000;3000000[		2,8		0,4	
[3000000;4000000[		3		0	
[4000000;5000000[		2,5		0,5	
[50000000;N[		-		-	
Forma Jurídica					
ENI	0,513	-	2,73	-	0,54
SA		3		0	
LDA		2,67		0,6	
Unipessoal		2,67		0,47	

4.3.3 *Vendas e dívidas a receber*

Este é um procedimento de controlo que requer um maior manuseamento e dedicação relativamente às condutas sobre as vendas e dívidas a receber.

Figura 8 - Vendas e dívidas a receber



Com uma expressão elevada, de 73%, as empresas respondentes afirmaram que utilizam políticas de vendas a crédito com valores mínimos, limites de crédito, condições de vendas e descontos, 9% não utiliza e 18% não sabe se a entidade usa ou não este tipo de políticas.

Em 54% das empresas os empregados encarregados de expedição têm acesso ao armazém, 41% responderam que não sabem ou que não se aplica à entidade e apenas uma empresa respondeu que os encarregados de expedição não têm acesso ao armazém. No que respeita à expedição da mercadoria 59% afirmam que as quantidades de mercadoria são verificadas com a guia de remessa antes de serem enviadas, 41% não sabe ou não e aplica.

Em relação a pedidos anuais de confirmação de saldo a clientes 63% afirma que é prática corrente da empresa, 32% não sabe se se aplica, e apenas uma empresa respondeu que não são feitos esses pedidos anuais. No que respeita aos incumprimentos de pagamentos 77% afirma que existe essa verificação mensalmente, 23% responderam que não são ou que simplesmente não se aplica.

O teste de Kruskal-Wallis apresenta um valor de p=0,325 para o CAE, p=0,254 para o grupo de trabalhadores, p=0,159 para o volume de negócios e p=0,185 para a forma jurídica, concluindo que não existe diferença na distribuição, assim não é possível rejeitar a hipótese H_0, logo não existem diferenças na distribuição. A tabela seguinte caracteriza os grupos e apresenta os resultados obtidos.

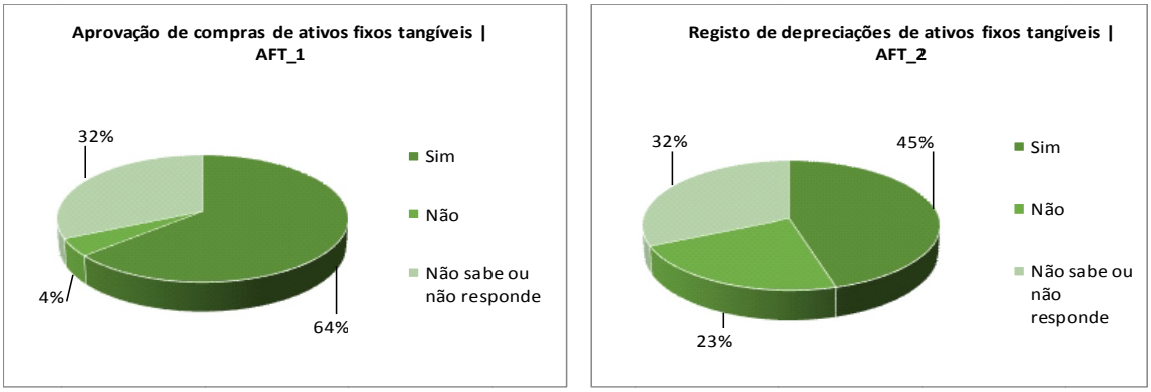
Tabela 4- Vendas (SCORE)

Grupos	Vendas (SCORE)				
	Asymp. Sig.	Média		Desvio Padrão	
CAE					
Secção A	0,265	-	3,27	-	1,68
Secção C		4,67		0,47	
Secção D		4		1	
Secção F		-		-	
Secção G		-		-	
Secção I		2,22		1,87	
Secção M		-		-	
Secção S		4		1,22	
Grupo de Trabalhadores					
[1;10[	0,254	3	3,27	0	1,68
[10;20[		2,92		1,93	
[20;30[		4,5		0,5	
[30;40[		4,33		0,94	
[50;60[		-		-	
[70;80[		4		0	
Volume de negócios					
[1;500000[	0,159	3,5	3,27	0,5	1,68
[500000;1000000[		1,83		1,95	
[1000000;2000000[		3,75		0,83	
[2000000;3000000[		3,8		1,17	
[3000000;4000000[		3		2	
[4000000;5000000[		4,5		0,5	
[50000000;N[		-		-	
Forma Jurídica					
ENI	0,185	-	3,27	-	1,68
SA		3,33		1,7	
LDA		3,13		1,82	
Unipessoal		3,67		0,94	

4.3.4 Ativos fixos tangíveis

Para finalizar o questionário abordou-se o tema de ativos fixos tangíveis, estes ativos são bens do domínio privado da empresa, isto é, são bens que ajudam ao bom funcionamento da empresa, tendo como exemplos: secretarias, carros, edifícios, entre outros.

Figura 9 - Ativos fixos tangíveis



Mais de metade dos respondentes, 63,6%, afirma que existem políticas de aprovação de compras de ativos fixos tangíveis na empresa, 31,8% não sabe se existe ou não, e apenas 4,5% afirma não existirem regras claras para essas questões.

Em relação às depreciações contabilísticas deste tipo de bens, as empresas foram questionadas se o faziam por duodécimos, 45,5% respondeu de forma positiva, 22,7% afirmou não ser a técnica utilizada na empresa, enquanto 31,8% diz não saber se é ou não esta abordagem utilizada na entidade.

O teste de Kruskal-Wallis apresenta um valor de p=0,741 para o CAE, p=0,416 para o grupo de trabalhadores, p=0,285 para o volume de negócios e p=0,178 para a forma jurídica, concluindo que não existe diferença na distribuição, assim não é possível rejeitar a hipótese H_0, logo não existem diferenças na distribuição. A tabela seguinte caracteriza os grupos e apresenta os resultados obtidos.

Tabela 5- ATF (SCORE)

Grupos	AFT (SCORE)				
	Asymp. Sig.	Média		Desvio Padrão	
CAE					
Secção A	0,741	-	1,09	-	0,79
Secção C		1,33		0,47	
Secção D		0		0	
Secção F		-		-	
Secção G		-		-	
Secção I		1,11		0,74	
Secção M		-		-	
Secção S		1		1	
Grupo de Trabalhadores					
[1;10[	0,416	1,5	1,09	0,5	0,79
[10;20[		0,67		0,75	
[20;30[		1,5		0,5	
[30;40[		1,67		0,47	
[50;60[		-		-	
[70;80[		1,5		0,5	
Volume de negócios					
[1;500000[	0,285	0,5	1,09	0,5	0,79
[500000;1000000[		1		0,82	
[1000000;2000000[		1		0,71	
[2000000;3000000[		1,2		0,75	
[3000000;4000000[		2		0	
[4000000;5000000[		0,5		0,5	
[50000000;N[		-		-	
Forma Jurídica					
ENI	0,178	-	1,09	-	0,79
SA		2		0	
LDA		1		0,73	
Unipessoal		1		0,82	

5 Conclusões

O sucesso de uma organização está associado a diversos fatores e um sistema de controlo interno robusto e fiável é um deles. O reconhecimento da importância crítica do controlo interno é fundamental no exercício proativo, que mais do que resolver problemas os procura evitar.

Um sistema de controlo interno será robusto se considerar e responder a múltiplas perspetivas e áreas críticas. Nesta dissertação foram assumidas quatro dessas áreas.

Com um mercado cada vez mais competitivo, muito motivado pela globalização e pelas novas tecnologias de informação, as empresas são obrigadas a procurar meios para se conseguirem diferenciar dos demais concorrentes, bem como a salvaguardar os seus ativos. Para isso, é imperativo que haja uma sensibilização de toda a organização e não apenas de áreas funcionais isoladas.

Este trabalho teve por base o controlo interno nas PMEs Excelência 2017 e as diferenças na implementação do mesmo. Atendendo ao número de respostas, a leitura dos resultados deve circunscrever-se às empresas participantes, cuja enumeração consta em anexo.

Esta investigação centrou-se no objetivo de apurar se as organizações aplicam o controlo interno e se, ao aplicarem, existem diferenças estatisticamente significativas na aplicação, respondendo assim às questões de partida.

Um sistema de controlo interno visa, essencialmente, a continuidade da empresa. No entanto, cada empresa tem diferentes tipos de mercado, de estrutura e ambiente organizacional, o que torna os objetivos divergentes para cada entidade, colocando à disposição um controlo interno vocacionado para o objetivo traçado.

O estudo destinava-se a 157 empresas dos concelhos de Beja e Faro, onde apenas 22 responderam ao inquérito.

As empresas foram selecionadas a partir da listagem disponibilizada pelo IAPMEI, sendo essa listagem de consulta pública.

As questões de investigação colocadas nesta investigação foram as seguintes:

1. A classificação económica das PMEs Excelência respondentes acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?
2. A dimensão das PMEs Excelência respondentes acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?
3. A forma jurídica adotada para o exercício de atividade das empresas respondente acarreta a existência diferenças nas práticas de controlo interno?

As questões de investigação centraram-se na procura de diferenças nas práticas de controlo interno. Tiveram em consideração a classificação económica, a dimensão, concretamente a partir do número de trabalhadores bem como do volume de vendas e prestações de serviços e, finalmente, a forma jurídica de exercício de atividade.

As respostas às questões de investigação foram obtidas, na medida em que não forma encontradas diferenças entre grupos, quanto à quantidade de elementos acautelados nas 4 subáreas de controlo interno aqui assumidas, especificamente nas áreas de disponibilidades, compras de bens, serviços e dívidas a pagar, vendas e dívidas a receber e por fim ativos fixos tangíveis, tendo por base os grupos indicados. Há, no entanto, diferenças visíveis quando analisadas as médias e/ou desvio padrão para cada grupo. Também a combinação de elementos acautelados em cada subárea nem sempre é mantida, constatando-se, em alguns casos, um efeito de substituição no cumprimento de requisitos.

6 Limitações do estudo e investigação futura

O presente trabalho apresenta limitações que importa aqui indicar.

A primeira resulta da baixa taxa de respostas. Apesar do questionário ter sido enviado à totalidade das 157 empresas – PMEs Excelência 2017, dos distritos de Beja e Faro – foram poucas as empresas que responderam. Em concreto apenas 22 empresas responderam. Assim, em trabalho futuro, permanece a possibilidade de aumentar o número de inquiridos. Sinaliza-se ainda o facto de o questionário ter sido elaborado numa plataforma *on-line,* para permitir uma resposta mais rápida e prática, comparativamente ao uso de questionários em papel, mas tal não foi suficiente para obter um maior número de respostas.

Devido ao elevado tempo que demorou a obter respostas não existiu possibilidade para se efetuar uma segunda ronda do questionário, pelo que a estabilidade temporal das respostas não foi verificada, constituindo-se assim como uma oportunidade de investigação futura. E, naturalmente, uma limitação do presente trabalho.

Para não comprometer a dimensão do questionário, tornando-o demasiado extenso e demorado, elementos que poderiam ainda reduzir mais o número de respondentes, ficaram excluídos itens e questões que, sendo igualmente pertinentes no domínio dos sistemas de controlo interno, não foram aqui considerados.

Não foi aqui defendido um processo de amostragem que permita generalizar os resultados desta investigação além do grupo de empresas respondentes.

7 Referências bibliográficas

Almeida, M. C. (2010). *Auditoria (um curso moderno e completo)* (7.ª edição ed.). São Paulo: Atlas.

Ashbaugh-Skaife, H., & JR, D. W. (2007). The discovery and reporting of internal control deficiencies prior SOX-mandated audits . *Journal of Accounting and Economics*, 166-192.

Attie, W. (1991). *Auditoria - Conceitos e Aplicações.* Brasil, São Paulo: Atlas.

Attie, W. (1998). *Auditoria, conceitos e aplicações* (3ª Edição ed.). São Paulo: Atlas.

Attie, W. (2000). *Auditoria - Conceitos e Aplicações.* São Paulo, Brasil: Atlas.

Barata, A. (1996). Contabilidade, Auditoria e Ética nos negócios. Lisboa: Editorial Notícias.

Barbier, E. (1992). *Auditoria Interna. Como? Porquê?* Edições Cetop.

Bernau, G. (1993). La auditoria y sus expectativas: los casos de España y del Reino Unido. Instituto de Contabilidade Y Auditoria de Cuentas.

Carvalho, A. A. (1994). *O Controlo Interno nas PME.* Porto: Edição do Autor.

COSO, C. o. (2013). Internal Control - Integrated Framework.

Costa, C. (2010). *Auditoria financeira: Teórica & Prática.* Portugal: Rei dos Livros.

Costa, C. B. (1998). *Auditoria Financeira teoria e prática.* Porto: Rei dos Livros.

Costa, C. B. (2000). *Auditoria Financeira, teroria e prática* (7ª edição ed.). Rei dos Livros.

Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira Teórica e Prática* (10ª Edição ed.). Rei dos Livros.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teórica & Prática.* Coimbra : Edições Almedina .

Franco, H., & Marra, E. (1995). Auditoria Contábil. São Paulo: Editora Atlas.

Goode, J. W., & Hatt, P. K. (1972). *Métodos em Pesquisa Social* (4ª edição ed.). São Paulo: Nacional.

Heinritz, S. F., & Farrel, P. V. (1983). *Compras: princípios e aplicações.* Atlas.

Hill, M. M., & Hill, A. (Outubro de 1998). A Construção de um Questionário.

Hill, M. M., & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário.* Lisboa: Sílabo.

Hora, H., Monteiro, G., & Arica, J. (junho de 2010). Produto & Produção. *Confiabilidade em Questionário para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach*, pp. 85 - 103.

IAPMEI. (10 de setembro de 2019). *PME Excelência 2019*. Obtido de Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas: https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/PME-Lider/PME-Excelencia/Regulamento-PME-Excelencia.aspx

IIA, T. I. (1999). *Internal Auditing Definition.* Obtido em 27 de julho de 2018, de http://www.theiia.org/GTF/def.htm

Lajoso, P. (2005). A importância da Auditoria Interna para a Gestão de Topo. Revista de Auditoria Interna, N.º19, janeiro-março.

Loureiro, G. A. (2000). *Auditoria Operacional e de Gestão* (5.ª edição ed.). Atlas.

Marçal, N., & Marques, F. L. (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público* (1ª edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Maroco, J. (2003). *Análise Estatística - Com Utilização do SPSS.* Lisboa: Sílabo.

Marques, J. M. (1997). *Auditoria e Gestão.* Lisboa: Editorial Presença.

Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão.* Editorial Presença.

Mattar, F. N. (1994). *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise.* São Paulo: Atlas.

Mendes, S. J. (2013). *Controlo Interno nas Empresas Madeirenses.* Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra.

Morais, G., & Martins, I. (2007). Em *Auditoria Interna - Função e Processo.* Lisboa: Áreas Editora.

Morais, G., & Martins, I. (2007). Auditoria Interna . Lisboa: Áreas Editora.

Morais, G., & Martins, I. (2007). Auditoria Interna - Função e Processo. Lisboa: Áreas Editora.

Moura, H. d. (2013). *Os Controles Adotados na Administração Pública como Instrumentos de Redução dos Riscos de Corrupção e Aumento da Eficiência e Transparência dos Recursos Públicos.* Braga: Universidade do Minho.

Neves, J. F. (2009). *Sistemas de Controlo Interno nas Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Aveiro.* Aveiro: Dissertação de mestrado apresentada à universidade de Aveiro.

Parasuraman, A. (1991). *Marketing Research.* Addison Wesley Publishing Company.

Pinheiro, J. L. (2014). Auditoria Interna - Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos. Lisboa: Rei dos Livros.

Schneider, A. (2009). *The Nature, Impact and Facilitation of External Auditor Reliance on Internal Auditing.* Obtido em 25 de julho de 2018, de Academy of Accounting and Financial Studies Journal.

Shavelson, R. J. (2009). *Biographical memoirs: Lee J. Cronbach.* Washington.

Streiner, D. L. (2003). Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter . *Journal of Personality Assessment* , 217-222.

Strouhal, J., Dvorakova, D., & Pasekova, M. (2011). *European Harmonization of SME´s Financial Reporting in Emerging CEE Countries.* (e. b. Strouhal, Ed.) Published by WSEAS Press.

Think Finance. (25 de 06 de 2019). *Controlo Interno.* Obtido em 27 de julho de 2018, de Think Finance: http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Controlo_interno

Willian, J., & Hatt, P. K. (1972). *Métodos em Pesquisa Social .* São Paulo: Nacional.

Wood, D. A. (2004). *Increasing Value Through Internal and External Auditor Coordination.* Obtido em 25 de julho de 2018, de The Institute of Internal Auditors Research Foundation: https://na.theiia.org/aboutus/Public%20Documents/Sawyer_Award_2004.pdf

9 Anexos

Anexo I – Convite inicial dirigido às empresas

Ex.ma(o)(s) Sr.(a)(s).

As PMEs Excelência são entidades de enorme valor para a sociedade, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das regiões nas quais se localizam. Acresce o facto de ser amplamente reconhecido que a (...) tem pautado as suas actividades por critérios de qualidade nas suas múltiplas dimensões, pelo que se assume apresentar as condições ideais para responder a questionário que não lhe tomará mais que 15 minutos do seu tempo.

Múltiplos fatores podem justificar o desempenho exemplar das PMEs Excelência, nomeadamente o sistema de controlo interno implementado. É nesse âmbito que o entendimento da estrutura dos sistemas de controlo interno das referidas PMEs assume enorme relevância e constituí o propósito nuclear do trabalho em curso, enquadrado no curso de mestrado em Contabilidade e Finanças ministrado pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja.

Para participar, por favor, considere os seguintes elementos:

Acesso: https://docs.google.com/forms/d/1jVhytcF4Y8vj8do36jNurpvZI8S7Hs9Rp1GuuDN6H8I/edit?usp=sharing

Chave: estig19

Em todas as situações ficará garantido o anonimato da organização e dos respondentes, sendo desde já declarada total disponibilidade para aclarar qualquer dúvida que se possa colocar, bem como para disponibilizar o trabalho produzido.

Desde já fico à vossa inteira disposição para quaisquer contactos entendidos adequados pelo telefone 913735036 e/ou e-mail ineshmendes.6@gmail.com. Adicionalmente indico ainda que o Prof. Doutor Carlos Borralho é o orientador científico do trabalho em desenvolvimento, pelo que o e-mail cborralho@ipbeja.pt constitui outra alternativa para obtenção de todos os esclarecimentos que se entendam necessários e/ou adequados.

Beja, 24 de abril de 2019.

Atenciosamente,

Inês Mendes

Anexo II – Questionário

Sistemas de Controlo Interno nas PME's Excelência dos Distritos de Beja e Faro

Este questionário insere-se no âmbito da elaboração da dissertação do Mestrado em Contabilidade e Finanças do Instituto Politécnico de Beja, tem como objetivo analisar diferenças na implementação de Sistemas de Controlo Interno nas PME's excelência 2017, dos distritos de Beja e Faro.

É neste âmbito que muito nos honraria poder contar com a sua participação a qualidade de PME Excelência 2017.

Pedimos apenas a resposta rápida a um breve questionário, onde o anonimato das respostas e respondentes será salvaguardado.

A recolha de e-mail e solicitação da chave de participação têm apenas como objetivo salvaguardar uma eventual duplicação acidental de respostas.

As respostas não traduzem dados pessoais e servirão apenas para efeitos desta investigação, exclusivamente.

Não existem aqui respostas certas ou erradas, assumindo tomar-lhe apenas cerca de 15 minutos.
Um enorme obrigado pela v/ atenção e disponibilidade.

Endereço de email *

Endereço de email válido

Este formulário está a recolher endereços de email. Alterar definições

Chave *

Texto de resposta curta

Grupo I - Enquadramento do Respondente

Descrição (opcional)

Género *

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino

Idade *

Texto de resposta curta

Qual o número médio de trabalhadores na empresa no ano 2017? *

Texto de resposta curta

Qual o valor aproximado em euros (vendas + preações de serviços) da empresa em 2017? *

Texto de resposta curta

No que diz respeito ao CAE, em que secção principal se insere a empresa? *

1. Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
2. Secção B - Indústria Extrativa
3. Secção C - Indústrias Transformadoras
4. Secção D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
5. Secção E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição
6. Secção F - Construção
7. Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

8. Secção H - Transportes e armazenagem
9. Secção I - Alojamento, restauração e similares
10. Secção J - Atividades de informação e de comunicação
11. Secção K - Atividades financeiras e de seguros
12. Secção L - Atividades Imobiliárias
13. Secção M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
14. Secção N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
15. Secção O - Administração público e defesa; segurança social obrigatória
16. Secção P - Educação
17. Secção Q - Atividades de saúde humana e apoio social
18. Secção R - Atividades artísticas, de espetáculo, desportivase recreativas
19. Secção S - Outras atividades e serviços
20. Secção T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para...
21. Secção U - Atividades dos organizadores internacionais e outras instituições extraterritoriais
22. Atividade profissional enquadrada no art.º 151 do CIRS

Qual a sua principal relação com a empresa? *

- ◯ Proprietário
- ◯ Trabalhador

Qual a forma jurídica do exercício de atividade? *

1. Sociedade anónima
2. Sociedade por quotas

3. Sociedade em nome coletivo
4. Sociedade em comandita
5. Sociedade unipessoal por quotas
6. Cooperativa
7. Estabelecimento individual de responsabilidade limitada
8. Empresário em nome individual
9. Outra

Grupo II - Dimensão Administrativa e Contabilística

Descrição (opcional)

1. A autoridade e a responsabilidade devem ser objetivamente delegadas para permitir que o conteúdo funcional dos trabalhadores seja claro. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

2. Não existe segregação de funções, todos fazem um pouco de tudo. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

3. Quem aprova as compras não faz registos dessas compras na contabilidade. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

4. Quem verifica os bens adquiridos não efetua o seu pagamento. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

5. Os documentos que acompanham bens ou que suportam os serviços prestados são sempre numerados sequencialmente. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

6. Os inventários são verificados num espaçamento temporal nunca superior a 6 meses. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

7.1. Considera que a existência de um manual de controlo interno pode ajudar a obter mais facilmente uma imagem verdadeira das demonstrações financeiras? *

- ○ Sim
- ○ Não

7.2. Porquê? Fundamente a resposta dada à questão anterior: *

Texto de resposta longa

8. A responsabilidade pelas conferências e controlos estão claramente definidos? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

9. Na empresa todos sabem quais os documentos a entregar para suporte contabilístico. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

10. Há documentos que se perdem. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

11. Há documentos que são entregues fora dos prazos impostos pela Autoridade Tributária. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

12. Todas as transações são registadas em documentos. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

13. Na empresa todos sabem quem pode autorizar o quê. *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

Grupo III - Dimensão Contabilística

Descrição (opcional)

14. O controlo interno contribui para a credibilização das demonstrações financeiras? *

	1	2	3	4	
Discordo totalmente	○	○	○	○	Concordo totalmente

15. Disponibilidades

Descrição (opcional)

15.1. A caixa funciona em sistema de fundo fixo. *

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não Aplicável

15.2. Efetuam-se contagens de surpresa às caixas. *

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não aplicável

15.3. Obtém-se cópia de todos os cheques emitidos. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

15.4. São assinados cheques em branco e/ou ao portador. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

16. Compras de bens, serviços e dívidas a pagar

Descrição (opcional)

16.1. Fazem-se consultas periódicas ao mercado a fim de se detetarem novos fornecedores que ofereçam melhores condições de preço, qualidade, prazos, descontos, etc... *

- Sim
- Não
- Não aplicável

16.2. Obtém-se um balancete mensal das diversas contas de fornecedores e verifica-se se o saldo se encontra correto. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

16.3. Responde-se com prontidão aos pedidos de confirmação de saldos enviados pelos fornecedores. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

17. Vendas e dívidas a receber

Descrição (opcional)

17.1. Está definida a política de vendas a crédito com valores mínimos, limites de crédito, condições de venda, descontos, etc... *

- Sim
- Não
- Não aplicável

17.2. Os empregados encarregados da expedição têm acesso ao armazém. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

17.3. As quantidades a expedir são verificadas na guia de remessa, antes de se proceder à expedição. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

17.4. Anualmente são enviados pedidos de confirmação de saldos aos clientes. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

17.5. Mensalmente são identificados os incumprimentos nos pagamentos. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

18. Ativos fixos tangíveis

Descrição (opcional)

18.1. Existem regras claras na aprovação de compras de ativos fixos tangíveis.

- Sim
- Não
- Não aplicável

18.2. As depreciações de ativos fixos tangíveis são contabilizadas por duodécimos. *

- Sim
- Não
- Não aplicável

IPBeja Escola Superior Tecnologia e Gestão

Obrigado pela sua colaboração.

Descrição (opcional)

Caso necessite de algum esclarecimento adicional fico ao dispor podendo ser usado o e-mail ineshmendes.6@gmail.com.